



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.380.507/0001-79, torna público, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do site www.licitanet.com.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023, Decreto Municipal 19.720/2026 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA, PARA ATUAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO – SEMCET.

VALOR ESTIMADO:

R\$ 206.648,64 (Duzentos e Seis Mil, Seiscentos e Quarenta e Oito Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

ENDEREÇO ELETRÔNICO / PORTAL DE LICITAÇÕES:

<https://www.licitanet.com.br/>

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

INSTRUMENTO CONTRATUAL

PREGÃO ELETRÔNICO

ARP / NOTA DE EMPENHO / CONTRATO

CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

AMPLA PARTICIPAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

NÃO

SIM

SIM

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MODO DE DISPUTA

BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL

Menor Preço por Item

Aberto

SIM

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

E-MAIL

TELEFONE

<https://ouopretodooeste.ro.gov.br/>

dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br

69 99388-8742 (apenas msg)

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO

13/07/2026

HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA (BRASÍLIA-DF)

09 H

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Declarações (Modelo Unificado).
ANEXO III	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital
ANEXO IV	Minuta de ARP 19/2026
ANEXO V	Minuta de Contrato

1. DO OBJETO E CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

1.1. O Termo de Referência (Anexo I) constitui parte integrante e indissociável deste Edital, prevalecendo suas especificações técnicas, critérios de aceitação, quantitativos e demais condições em caso de divergência interpretativa, observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

1.2. A descrição completa do objeto, incluindo especificações técnicas, quantitativos, critérios de aceitação, metodologia de execução e demais condições da contratação, encontra-se detalhada no Termo de Referência (Anexo I), o qual integra este Edital para todos os fins.

1.3. A licitação será dividida em lotes e/ou itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes e/ou itens forem de seu interesse.

1.4. As pesquisas de preços e estimativas de valor foram realizadas nos autos do processo administrativo, com base em critérios técnicos e fontes idôneas, sendo validadas pela Administração para fins de definição do valor estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O edital se encontra a disposição no site www.licitanet.com.br, no Portal da Transparência do Município (ouropretodoeste.ro.gov.br) e no **Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP**. A sessão pública será realizada através do site www.licitanet.com.br sendo considerado para todos os efeitos o **horário de Brasília – DF**. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado no Edital.

1.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

1.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

1.8. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos e conforme regras comerciais da plataforma.

1.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, até o encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

1.10. O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

1.11. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima designada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sítio Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.5.2. A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, **está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.**

2.5.2.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos

2.5.3. Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

2.5.4. Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, Microempreendedor Individual - MEI é uma modalidade de Microempresa – ME.

2.6. [Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional \(GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO\), até o limite de 10% \(dez por cento\) acima do melhor preço válido](#), nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no **Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025**, e nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.6.1. Conforme Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025: **“Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.”**

Aplicável nos casos em que haja divisão por cotas.

2.6.2. Da Justificativa da Não Fragmentação do Objeto e da Não Aplicação de Cotas para ME/EPP

2.6.2.1. A contratação integrada dos serviços de segurança privada desarmada, justifica-se pela necessidade de coordenação unificada das atividades durante os eventos, visando à eficiência operacional, à mitigação de riscos e à adequada gestão logística.

2.6.2.2. A eventual fragmentação do objeto em contratações distintas poderia comprometer a execução integrada



Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

dos serviços, gerar conflitos operacionais entre diferentes prestadores e dificultar a gestão contratual, com potencial prejuízo à segurança dos participantes e à eficiência do evento.

2.6.2.3. Ademais, os serviços possuem interdependência técnica e operacional, sendo executados de forma simultânea e coordenada, o que inviabiliza sua divisão sem prejuízo à execução do objeto.

2.6.2.4. No que se refere à aplicação de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, sua adoção não se mostra tecnicamente viável no presente caso, uma vez que:

I – A divisão do objeto comprometeria a padronização e a coordenação dos serviços;

II – Poderia gerar sobreposição de responsabilidades e riscos operacionais;

III – Dificultaria a fiscalização e o controle da execução contratual;

IV – Poderia acarretar prejuízo à segurança e à eficiência dos eventos.

2.6.2.5. Dessa forma, resta justificada a não fragmentação do objeto e a não aplicação de cotas, nos termos do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade técnica e do risco à adequada execução contratual, salientando que as microempresas e empresas de pequeno porte podem participar normalmente da licitação.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

serviços considerados comuns no mercado, não apresentando complexidade técnica, operacional ou vulto que justifique a formação de consórcio, sendo plenamente possível sua execução por empresas de forma individual, sem prejuízo à competitividade do certame.

2.7.9.1. A vedação fundamenta-se na desnecessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras, bem como na ampla competitividade do setor, de modo que a participação individual das empresas é suficiente para assegurar a adequada execução do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame.

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Apenas nos casos em que a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. Nos lotes e/ou itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote e/ou item;

3.6.2. Nos lotes e/ou itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Lance: O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital:

I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;

II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

4.1.2. Marca/Fabricante do produto ofertado, quando aplicável, vedada a indicação de mais de uma marca para o mesmo item, salvo quando expressamente permitido no Termo de Referência;

4.1.3. Descrição detalhada dos itens ofertados, contendo todas as características necessárias à identificação do produto, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência;

4.1.4. Descrição detalhada dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto se assim determinar o edital;

4.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro.

4.5. Caso o regime tributário da empresa implique o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o licitante deverá considerar, na formação de sua proposta, a carga tributária efetiva incidente sobre a contratação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a adequada composição do preço ofertado.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens ou serviços, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas, garantindo a qualidade dos produtos e promovendo, quando requerido, sua substituição, nos termos do edital e seus anexos.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes deverão observar, na formulação de suas propostas, os valores estimados da contratação constantes do processo administrativo, bem como os parâmetros de mercado aplicáveis ao objeto, sob pena de desclassificação das propostas manifestamente inexequíveis ou com sobrepreço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá ser compatível com os valores de mercado e com o orçamento estimado da contratação.

4.11. O descumprimento das disposições deste edital e da legislação aplicável sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECP-SEMCET/2026

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital, observando-se:

I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;

II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

Parágrafo único: *O descumprimento da forma de apresentação do lance poderá ensejar a desclassificação da proposta, quando comprometer o julgamento objetivo ou inviabilizar a correta comparação entre as propostas.*

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será informado no TR – Termo de Referência (Anexo I).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14.1. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido ou não se manifestar, o pregoeiro poderá solicitar ajuste ao licitante, no CHAT DE MENSAGENS para atualização do referido lance ou realizar a readequação dos valores arredondando-o PARA MENOS automaticamente no sistema, caso a licitante permaneça inerte.** A intervenção ocorre exclusivamente após o encerramento da fase de lances, no momento da aceitação e julgamento da proposta, não interferindo na dinâmica da disputa competitiva.

5.14.2. O ajuste limita-se à adequação das casas decimais para fins de compatibilização com as regras de registro do sistema eletrônico e execução orçamentária, tratando-se de vício sanável que não altera a substância ou a exequibilidade da proposta.

5.14.3. O arredondamento é realizado exclusivamente para menos, o que preserva o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa e não acarreta majoração do valor ofertado, respeitando a imutabilidade da proposta em desfavor da Administração, sendo o ato consignado pelo sistema na ata da sessão.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos no



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem:

5.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com base em registros cadastrais disponíveis;

5.20.3. Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

5.20.4. Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.20.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado em que se localiza o Município licitante;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

5.20.6. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios acima, será realizado sorteio, de forma automática, pela plataforma eletrônica.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor estimado da contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.21.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.2. A consulta aos cadastros quanto aos eventuais impedimentos será verificada perante o **SICAF**, mantido pelo Executivo Federal. Caso esteja indisponível, poderão ser consultados outros sistemas cadastrais pertinentes, como **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

além de outros que estejam à disposição para consulta;

6.2.1. Poderá haver a substituição das consultas citadas no item 6.2, pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A adoção de parâmetro objetivo para identificação de indícios de inexequibilidade das propostas, especialmente o referencial de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do orçamento estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, sem comprometer a viabilidade da execução contratual.

6.7.2. Tal parâmetro encontra respaldo em boas práticas administrativas e em regulamentos amplamente utilizados na Administração Pública, notadamente a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que estabelece o referido percentual como indicativo de potencial inexequibilidade, não como critério absoluto de desclassificação.

6.7.3. A utilização desse referencial visa conferir maior objetividade e segurança jurídica à atuação do agente de contratação, permitindo a identificação preliminar de propostas potencialmente incompatíveis com os custos de mercado, com o orçamento estimado e com as condições normais de execução do objeto.

6.7.4. Ressalta-se que o critério adotado não implica presunção absoluta de inexequibilidade, constituindo apenas um indicativo para a realização de análise mais aprofundada, mediante diligência, em observância ao disposto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.5. Nesse sentido, será assegurado ao licitante o direito de demonstrar a viabilidade de sua proposta, por meio da comprovação de que os custos envolvidos são compatíveis com os valores ofertados e de que existem condições econômicas específicas que justifiquem o preço apresentado, tais como ganhos de escala, condições comerciais diferenciadas, estratégias de mercado ou outros fatores legítimos.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

6.7.6. A adoção desse parâmetro também se justifica como medida de mitigação de riscos contratuais, especialmente aqueles relacionados à inexecução, à baixa qualidade do objeto fornecido, à necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro indevido ou à rescisão contratual, situações que comprometem a eficiência administrativa e o interesse público.

6.7.7. Assim, o critério de 50% do valor estimado da contratação é adotado como ferramenta auxiliar de análise, compatível com o ordenamento jurídico vigente e com as boas práticas de governança nas contratações públicas, assegurando equilíbrio entre competitividade e exequibilidade.

6.7.8. Caso aplicável ao objeto da contratação, e quando houver decomposição de custos pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar planilha de custos compatível com sua proposta final.

6.7.9. Quando aplicável à natureza do serviço contratado, o licitante poderá ser instado a demonstrar parâmetros de produtividade adotados, exclusivamente quando tais informações forem relevantes para a verificação da exequibilidade da proposta.

6.7.10. Nos casos em que o objeto envolver prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, quando aplicável, deverão ser observadas as exigências específicas relacionadas à alocação de pessoal e composição de custos.

6.8. *Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.* (O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei, dar à Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. **Acórdão 465/2024 – Plenário**).

6.9. Erros no preenchimento da proposta de preços ou planilha (quando for exigida) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta de preços poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS

7.1. Disposições gerais

7.1.1. A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em sítio eletrônico oficial;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) **Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) **Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

7.3.2. Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

equivalente, na forma da lei.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

a) Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

b) Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

c) A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

b.1 **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)** superiores a **1 (um)**, calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:

LG (Liquidez Geral)
$LG = (Ativo\ Circ. + Realizável\ em\ Longo\ Prazo) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$
SG (Solvência Geral)
$SG = (Ativo\ Total) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$
LC (Liquidez Corrente)
$LC = (Ativo\ Circulante) \div (Passivo\ Circulante)$

I- A licitante que obtiver **qualquer índice inferior** aos estipulados será **inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

II- A análise da qualificação econômico-financeira considerará prioritariamente o último exercício social, sem





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

prejuízo da avaliação comparativa dos exercícios anteriores.

III- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

b.2. Capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) ou **patrimônio líquido mínimo** (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

7.4.2. A exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer documentos aptos à verificação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, estando devidamente justificada no caso concreto.

7.4.3. A análise comparativa de demonstrações contábeis de exercícios distintos permite avaliar não apenas a situação financeira momentânea da empresa, mas também sua consistência operacional ao longo do tempo, possibilitando a identificação de oscilações relevantes, deterioração financeira ou riscos de descontinuidade na execução contratual.

7.4.4. A exigência adotada não extrapola os limites legais, tampouco configura restrição indevida à competitividade, representando medida proporcional, adequada e necessária à mitigação de riscos contratuais, em observância aos princípios da razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

7.5. Justificativa para a exigência de Índices Econômico-Financeiros:

7.5.1. A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como a apuração de índices financeiros, encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer elementos aptos a demonstrar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes da contratação.

7.5.2. No presente caso, a exigência de demonstrações contábeis referentes a mais de um exercício social justifica-se em razão das características da contratação, notadamente:

- a-** Natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de segurança em eventos, com grande presença de público;
- b** – Necessidade de fornecimento contínuo e regular, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços;
- c** – Execução parcelada, conforme a demanda da Administração;
- d** – Risco associado à descontinuidade do fornecimento, com potenciais impactos à realização dos eventos públicos.

7.5.3. A análise de demonstrações contábeis de mais de um exercício social permite avaliar não apenas a situação econômico-financeira momentânea da empresa, mas também sua estabilidade e consistência ao longo do tempo, possibilitando a identificação de:

- I** – Variações relevantes na capacidade de liquidez;
- II** – Eventual deterioração da situação econômico-financeira;
- III** – Riscos de descontinuidade operacional;

7.5.4. A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) tem por finalidade avaliar a capacidade do licitante de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo compatível com a natureza do objeto e amplamente adotada nas contratações públicas.

7.5.5. Os parâmetros adotados foram definidos em patamar mínimo e proporcional, limitando-se ao necessário para mitigar riscos de inexecução contratual, sem impor restrições indevidas à competitividade, em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

7.5.6. A Administração poderá realizar diligências e admitir justificativas técnicas e contábeis, de modo a evitar inabilitações automáticas, permitindo a avaliação individualizada da capacidade econômico-financeira das licitantes, conforme o caso concreto.

7.5.7. Dessa forma, a exigência de demonstrações contábeis e índices econômico-financeiros mostra-se tecnicamente justificada, adequada e necessária à garantia da execução contratual, não configurando restrição indevida à competitividade.

7.5.8. A eventual exigência de patrimônio líquido mínimo, limitada a até 10% do valor estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar que o licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

7.5.9. Tal exigência visa mitigar riscos de inadimplemento, descontinuidade no fornecimento e prejuízos à Administração, estando alinhada às boas práticas de gestão pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Regras Específicas para Empresas Optantes pelo Simples Nacional e demais regimes tributários

7.6.1. Empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de abril do ano subsequente, desde que a obrigatoriedade de apresentação já estivesse vigente na data de abertura do certame, assegurando-se o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à segurança jurídica.

7.6.2. **Empresas não enquadradas no Simples Nacional**, abrangendo aquelas sujeitas ao Lucro Presumido ou ao Lucro Real, poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de junho do ano subsequente ao encerramento do exercício, desde que tal condição já estivesse vigente na data de abertura do certame, preservando-se a isonomia entre os concorrentes e a adequação da exigência à realidade fiscal dos distintos regimes tributários.

7.6.4. As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade.

7.6.5. Empresas constituídas no exercício corrente deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação aplicável.

7.6.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

7.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.7.1. Para comprovar sua capacidade técnica a LICITANTE deverá apresentar:

7.7.2. **Comprovação de autorização da Polícia Federal**, para a prestação de serviço de segurança privada, conforme exigido pelo artigo 4º, da Lei Federal nº 14.967/2024.

7.7.3. **Atestado(s) de capacidade técnica:** Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

7.7.3.1. Consideram-se serviços compatíveis aqueles que envolvam a prestação de serviços de segurança privada, apoio operacional e/ou bombeiro civil em eventos.





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

7.7.3.2. Os atestados deverão conter informações suficientes para a verificação da compatibilidade, tais como: descrição dos serviços, quantitativos executados e período de execução.

7.7.3.3. Será admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.7.3.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.8. Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

a) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II.** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome dela, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III.** Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

7.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.11. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.12. Não se aplica o disposto neste item, considerando que a participação de empresas em consórcio não é admitida neste certame, conforme item 2.7.9 deste edital.

7.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.

7.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.15. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.16. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.17. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.18. A habilitação do licitante (anexada no Habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.19. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.20. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.20.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.21. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.21.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.21.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.22. A unificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.22.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.22.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, (Lei nº 14.133/2021, art. 64):

7.23.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.23.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.23.3. Apresentação de documentos comprobatórios de condição já atendida pelo licitante no momento da apresentação da proposta, mas que, por erro ou falha material, não foram juntados inicialmente e sua apresentação posterior seja necessária para resguardar o interesse público (Acórdãos TCU nº 1211/2021 e nº 988/2022).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

7.24. Na análise dos documentos de habilitação, o agente responsável pela condução da licitação poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.25. O licitante deverá encaminhar os documentos solicitados em sede de diligência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da respectiva notificação realizada através do sistema.

7.25.1. A critério do pregoeiro/agente de contratação, poderá ser concedida prorrogação justificada, desde que solicitada pelo licitante dentro do prazo original e devidamente motivada, observando-se os princípios da razoabilidade, competitividade e interesse público.

7.25.2. Caso a diligência seja atendida de forma satisfatória antes do término do prazo concedido, o pregoeiro/agente de contratação poderá dar por encerrado o período de diligência e prosseguir com a análise do certame.

7.26. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.27. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.28. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.29. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.30. Os arquivos ref. a documentação de habilitação devem ser anexados na Plataforma de Licitações, preferencialmente, **no formato PDF (modo retrato) e SEGUINDO A ORDEM SEQUENCIAL ABAIXO:**

1	PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS-CNPJ.
2	ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR , devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCME, cuja verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br .
3	DOCUMENTO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO, SÓCIO ADMINISTRADOR OU PROCURADOR DA EMPRESA (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.
4	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.
5	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS;
6	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA LICITANTE.
7	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF).
8	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DO FORO OU CARTÓRIO DA SEDE DA LICITANTE.
9	CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA (CNDT).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

10	BALANÇO PATRIMONIAL DOS 02 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (conf. Item 7.4.1 / 7.6.7 deste edital)
11	DECLARAÇÕES UNIFICADAS (CONFORME MODELO – ANEXO II DO EDITAL)
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	
Comprovação de autorização da Polícia Federal, para a prestação de serviço de segurança privada, conforme exigido pelo artigo 4º, da Lei Federal nº 14.967/2024.	
Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da licitação.	

OBS: As certidões que não constarem especificamente sua data de validade, serão aceitos com data de emissão de no máximo **120 dias**.

NOTA EXPLICATIVA

- *Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.*
- *Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.*

Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação dos atos ou da lavratura da ata, quando esta substituir a intimação.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos, conforme parametrização do sistema eletrônico utilizado.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo município.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente instruído, a qual deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando versar sobre habilitação, julgamento das propostas ou outros atos cuja continuidade possa comprometer o resultado do certame, cabendo à autoridade competente avaliar a extensão do efeito suspensivo, quando aplicável.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação, ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, especialmente quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado após encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando exigida no Termo de Referência;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital ou Termo de Referência;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, a ata de registro de preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

9.1.5. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada, adulterada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos causados à Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

9.3.6. A reincidência do infrator.

9.4. A multa será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, podendo, quando não for possível sua mensuração, incidir sobre o valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho, conforme o caso.

9.4.1. A definição do percentual da multa observará a gravidade da infração, os prejuízos causados à Administração, a vantagem auferida pelo infrator e a proporcionalidade da sanção aplicada.

9.4.2. A multa moratória será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento), sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

9.4.3. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho.

9.4.4. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho.





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

9.4.5. A multa poderá ser:

9.4.5.1. Descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração;

9.4.5.2. Descontada da garantia contratual, quando houver;

9.4.5.3. Cobrada administrativamente ou judicialmente.

9.5. As sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observada a natureza e a gravidade da infração.

9.6. A aplicação de quaisquer sanções administrativas assegurará o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.7. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a que pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, observando-se o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, a ata de registro de preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável, inclusive à perda da garantia de proposta, quando houver previsão expressa no instrumento convocatório.

9.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo administrativo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos, preferencialmente estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.13. Caberá pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até o



Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECP-SEMCET/2026

julgamento pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

9.16. Para garantia do contraditório e da ampla defesa, as notificações e intimações serão realizadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo Município e, subsidiariamente, por meio eletrônico (e-mail) informado pelo licitante ou contratado, ou outro meio oficial adotado pela Administração.

9.16.1. Os endereços eletrônicos informados na proposta comercial serão considerados válidos para todos os efeitos legais, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações regularmente encaminhadas pela Administração.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do pedido, observado o limite do último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados, na forma eletrônica, por meio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo Município, em campo específico.

10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem, em regra, os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional, devidamente motivada pelo agente de contratação, quando necessária à preservação da legalidade e da isonomia do certame.

10.5. Acolhida a impugnação, total ou parcialmente, será promovida a adequação do edital e, quando necessário, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública ou quando for anulada a própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

11.1.2. Identificação de erro na aceitação da proposta classificada em primeiro lugar;

11.1.3. Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável;

11.1.4. Outras situações supervenientes que justifiquem a retomada da sessão, devidamente motivadas pelo pregoeiro.

11.2. Nos casos previstos neste item, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

11.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico utilizado na licitação, sendo de responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das comunicações realizadas no referido sistema.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e após a análise e decisão dos recursos administrativos eventualmente interpostos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que deverá verificar a regularidade dos atos praticados, podendo:

- I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II – Anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade;
- III – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificado; ou
- IV – Adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

12.2. Parágrafo único. A adjudicação e a homologação somente serão realizadas após a verificação da regularidade do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

13. DO TERMO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO

13.1. Após a homologação e adjudicação, as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de **Nota de Empenho, instrumento contratual ou instrumento equivalente**, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser adotado termo de contrato quando a natureza da contratação assim exigir.

13.2. O adjudicatário será convocado para aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação.

13.3. A convocação poderá ocorrer por meio eletrônico, sendo admitido o aceite digital.

13.4. O aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente formaliza a contratação administrativa, implicando:

- I – Constituição do vínculo jurídico entre as partes;
- II – Vinculação à proposta, ao Termo de Referência e à legislação aplicável;
- III – Sujeição às hipóteses de extinção e demais disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.5. O prazo para aceite poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

13.6. A vigência das contratações observará o disposto neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

14. DO LOCAL, PRAZO E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS / PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A execução dos serviços observará integralmente as condições, prazos, especificações e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e na ARP.

14.2. A prestação dos serviços será realizada sob demanda, de forma parcelada, conforme Ordens de Serviços, ou documento equivalente, emitido pela Administração.

14.3. As condições detalhadas de execução, incluindo prazos, locais de eventos e demais exigências, encontram-se descritas no Termo de Referência (Anexo I), que integra este edital para todos os fins.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e conforme disposto no Termo de Referência.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

15.2. Compete ao fiscal designado acompanhar a execução do fornecimento, verificar a conformidade dos serviços prestados com as especificações estabelecidas e atestar o recebimento, quando atendidas as condições previstas.

15.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas no Termo de Referência.

16.2. Nos casos de contratação decorrente de Ata de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária específica será exigida no momento da emissão da Nota de Empenho.

17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1. A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo dos serviços, mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos da legislação aplicável.

17.2. O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, mediante apresentação de documento fiscal válido, devidamente atestado pelo servidor responsável.

17.3. O pagamento observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. As condições detalhadas de liquidação e pagamento, incluindo prazos, critérios e requisitos, encontram-se estabelecidas nos itens específicos do Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

18.1. As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE encontram-se detalhadamente estabelecidas no Termo de Referência e instrumento contratual.

18.2. A execução das obrigações deverá observar integralmente as condições, prazos, especificações e demais disposições constantes no Termo de Referência e instrumento contratual.

18.3. Eventuais omissões ou dúvidas na execução do objeto serão dirimidas pela Administração, com base na legislação aplicável e nos princípios que regem as contratações públicas.

19. DO CONTRATO, CLÁUSULAS, INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO, EXECUÇÃO E EXTINÇÃO

19.1.1. A contratação decorrente deste certame será formalizada por meio de Nota de Empenho, Contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. A execução dos serviços deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência (Anexo I) e na proposta apresentada.

19.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução serão realizados por servidor designado pela Administração, nos termos da legislação aplicável.

19.4. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas neste edital e na legislação aplicável.

19.5. A extinção da contratação poderá ocorrer nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECP-SEMCET/2026

arts. 137 a 139, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.6. A Nota de Empenho ou instrumento equivalente vincula a contratada às condições estabelecidas neste edital, no Termo de Referência e na proposta apresentada.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. A não apresentação das informações ou documentos solicitados no prazo estabelecido poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme o caso.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.2.1. Na análise da documentação e no julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou profissionais especializados, quando necessário.

20.3. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário.

20.4. Todas as referências de tempo no edital, aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre as disposições deste edital e de seus anexos, prevalecerão aquelas constantes do Termo de Referência quanto às especificações técnicas do objeto, e as demais disposições do edital quanto às regras procedimentais.

20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no portal de licitações Licitanet: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal da Transparência do Município: <https://ouropretodoeste.ro.gov.br/>.

21. DO FORO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP-SEMCET/2026

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta licitação e dos atos dela resultantes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ouro Preto do Oeste, junho de 2026.

Emersson Douglas Xavier da Fonseca
Assessor Especial da SEMCET





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital de Pregão Eletrônico	43	25/06/2026

ID:	1637335	Processo	Documento
CRC:	ACB852CD		
Processo:	1-2092/2026		
Usuário:	Selmo da Costa Simoura		
Criação:	25/06/2026 12:02:22	Finalização:	25/06/2026 12:06:35

MD5: **89BE84A7D4E03D638A8A871CDD25FE26**

SHA256: **DEAC3A041A90C4EC20B4811489D175DBE0890DD82BC46C3D7CCC813A8251DCE8**

Súmula/Objeto:

Edital de Pregão Eletrônico - 43/2026.

INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	25/06/2026 12:02:22
--	---------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PRIVADA	25/06/2026 12:02:22
---	---------------------


ANEXOS

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I - TR PROC 2092-2026	24/06/2026	1636242
ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA ANEXO II -MODELO DEC.	24/06/2026	1636243
ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA ANEXO III - MODELO PROPOSTA	24/06/2026	1636244
ANEXO IV DO EDITAL - MINUTA DE ARP ANEXO IV - MINUTA DE ARP	24/06/2026	1636245
Minuta de Contrato ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO	24/06/2026	1636246

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Juan Alex Testoni	Prefeito (a)	25/06/2026 12:14:54
--	--------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	25/06/2026 12:23:32
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1637335 e o CRC ACB852CD.



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os parâmetros para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança privada desarmada para atuação em eventos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCET, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação visa garantir a segurança, a organização do público, o controle de acesso e a preservação da integridade física das pessoas e do patrimônio durante a realização de eventos esportivos, culturais, turísticos e institucionais promovidos pelo Município.

1.3. A contratação de empresa especializada mostra-se necessária para disponibilizar profissionais devidamente habilitados, capacitados e autorizados, assegurando a execução dos serviços com eficiência, imparcialidade e observância da legislação vigente.

1.3.1. A realização de eventos integra as atribuições institucionais da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, demandando suporte operacional adequado para garantir sua execução de forma segura e organizada.

1.4. Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos indicados neste Termo de Referência possuem caráter estimativo, não obrigando a Administração à contratação integral, tampouco conferindo direito subjetivo ao fornecedor, podendo as contratações ocorrer conforme a necessidade durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

1.5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.5.1. Os serviços compreendem a execução de atividades de segurança privada desarmada, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

1.5.1.1. Segurança Privada Desarmada: controle de acesso em portarias e perímetros; vigilância ostensiva desarmada; prevenção e mediação de conflitos; preservação do patrimônio público e privado e da integridade física das pessoas; monitoramento de áreas críticas; organização do fluxo de pessoas; prevenção de incidentes e apoio à segurança dos eventos.

1.6. DIMENSIONAMENTO DOS SERVIÇOS

1.6.1. O dimensionamento do efetivo será definido conforme o porte do evento e a estimativa de público, utilizando parâmetros referenciais de proporcionalidade entre público e quantidade de profissionais.

1.6.2. Para fins de planejamento, os eventos serão classificados da seguinte forma:

- a) pequeno porte: público estimado de até 700 pessoas;
- b) médio porte: público entre 700 e 5.000 pessoas;
- c) grande porte: público superior a 5.000 pessoas.

1.6.3. Como parâmetro operacional de referência, será adotada a proporção de 1 (um) profissional de segurança para cada 250 (duzentas e cinquenta) pessoas, sem prejuízo de adequações decorrentes das características específicas de cada evento.

1.6.4. Cada evento poderá demandar a prestação de serviços de segurança privada desarmada, compreendendo controle de acesso, prevenção de ocorrências e preservação da integridade física do público e do patrimônio, executados por profissionais devidamente habilitados, uniformizados e identificados, vinculados à empresa autorizada a funcionar pela Polícia Federal, nos termos da Lei nº 14.967/2024 e demais normas aplicáveis.

1.7. METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

1.7.1. Os quantitativos estimados foram definidos com base no histórico de eventos realizados pelo Município e em parâmetros operacionais de dimensionamento, podendo variar conforme a demanda efetiva.

1.7.1.1. Segurança Privada Desarmada

Premissa operacional adotada:

- a) Quantidade de profissionais por dia = maior valor entre 2 (dois) profissionais ou o resultado do cálculo correspondente ao teto da divisão do público estimado por 250;
- b) Quantidade de diárias = número de profissionais por dia × quantidade de dias do evento;
- c) Memória de cálculo anual estimada: **396 diárias de segurança privada desarmada.**





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

1.7.2. Considera-se diária a jornada de até 8 (oito) horas contínuas por profissional. O valor da diária deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo remuneração, encargos sociais e trabalhistas, tributos, transporte, alimentação quando exigível, uniformes, equipamentos e demais despesas inerentes à contratação.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	TOTAL R\$
1	672.013.001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA PARA ATUAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, COMPREENDENDO CONTROLE DE ACESSO, PREVENÇÃO DE OCORRÊNCIAS E PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA DO PÚBLICO E DO PATRIMÔNIO, EXECUTADO POR PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE HABILITADOS, UNIFORMIZADOS E IDENTIFICADOS, COM EMPRESA AUTORIZADA A FUNCIONAR PELA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.967/2024 E DA PORTARIA Nº 18.045/2023-DG/PF E NORMAS CORRELATAS.	Diária	396	521,84	206.648,64
VALOR TOTAL R\$						206.648,64
INTERVALO MIN. DE LANCES R\$						0,30

OBS: A oferta de preços superfaturados em licitações com base no valor orçado pelo órgão licitante é uma prática ilegal que pode gerar diversas penalidades ao licitante infrator, que vão desde a exclusão da licitação até a responsabilização civil e criminal. Por isso, é importante que as empresas que participam de licitações observem a legislação e ofereçam preços compatíveis com os valores de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a segurança, a organização e o adequado controle de acesso do público durante a realização de eventos promovidos, apoiados ou coordenados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCET, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades institucionais e a preservação da ordem pública, da integridade física dos participantes e do patrimônio público.

2.2. A promoção de eventos culturais, esportivos, turísticos e institucionais constitui atribuição permanente da SEMCET, sendo instrumento de incentivo ao desenvolvimento cultural, à prática esportiva, ao fortalecimento do turismo e à integração social da comunidade. Tais eventos apresentam características distintas quanto ao porte, público estimado, duração e complexidade operacional, exigindo planejamento específico e adoção de medidas de segurança compatíveis com cada situação.

2.3. A inexistência de equipe própria especializada e devidamente habilitada para exercer atividades de segurança privada em eventos torna necessária a contratação de empresa especializada, regularmente autorizada pela Polícia Federal, apta a disponibilizar profissionais capacitados para executar serviços de controle de acesso, orientação do público, prevenção de ocorrências, apoio à organização dos eventos e preservação da integridade física das pessoas e do patrimônio, em conformidade com a Lei nº 14.967/2024, a Portaria nº 18.045/2023-DG/PF e demais normas aplicáveis.

2.4. A ausência desses serviços poderá ocasionar riscos à segurança dos participantes, servidores, artistas, atletas, autoridades e demais envolvidos, além de comprometer a organização dos eventos, aumentar a probabilidade de



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

ocorrências envolvendo tumultos, acessos não autorizados, danos ao patrimônio público e privado, bem como gerar responsabilização administrativa do Município em razão da insuficiência das medidas de segurança adotadas.

2.5. Considerando que o calendário anual da Secretaria contempla eventos de diferentes naturezas, cujas datas, locais, porte e quantitativos de profissionais variam conforme a programação administrativa e o interesse público, mostra-se adequada a utilização do Sistema de Registro de Preços, uma vez que a demanda possui caráter sucessivo e variável, não sendo possível definir previamente, com exatidão, o quantitativo de serviços que será efetivamente contratado durante a vigência da ata.

2.5.1. Tal sistemática proporciona maior eficiência administrativa, racionalização dos recursos públicos, flexibilidade na execução das contratações e atendimento tempestivo das necessidades da Administração, observando as hipóteses previstas no art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Dessa forma, a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, permitindo que o Município realize seus eventos com segurança, organização e eficiência, garantindo melhores condições de atendimento à população e contribuindo para o cumprimento das finalidades institucionais da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

2.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.4.1. Da Vigência da Ata de Registro de Preços

2.4.1.1. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1.2. A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos, nos termos da legislação vigente.

2.4.1.3. Na hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderão ser renovados os quantitativos originalmente registrados, até o limite do quantitativo inicialmente previsto neste Termo de Referência, desde que:

- a) a necessidade da renovação esteja devidamente justificada nos autos;
- b) seja comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados em relação aos preços praticados no mercado;
- c) sejam mantidas as condições originalmente pactuadas; e
- d) sejam observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do regulamento municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços e demais normas pertinentes.

Parágrafo único. A renovação dos quantitativos não constitui direito subjetivo do fornecedor registrado, dependendo de decisão motivada da Administração, precedida da demonstração do interesse público e da vantajosidade da medida.

2.4.2. Da Vigência dos Contratos ou Instrumentos Equivalentes

2.4.2.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, conforme o caso, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2.2. A vigência dos contratos decorrentes da Ata será estabelecida no respectivo instrumento contratual, observada a natureza do objeto, a disponibilidade orçamentária e as disposições da Lei nº 14.133/2021.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

2.4.2.3. A vigência dos contratos poderá ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, desde que tenham sido celebrados durante sua vigência e observadas as regras previstas na legislação aplicável.

2.4.3. Das Disposições Gerais

2.4.3.1. As condições específicas relativas à vigência, prorrogação, revisão, alteração e encerramento da Ata de Registro de Preços constarão do Edital, da Ata e dos instrumentos contratuais dela decorrentes.

2.4.4. Do Reajuste dos Preços Registrados

2.4.4.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrealizáveis durante o período inicial de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, ressalvadas as hipóteses legais de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, na forma da Lei nº 14.133/2021.

2.4.4.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, poderá ser concedido reajuste dos preços registrados, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

2.4.4.3. A concessão do reajuste ficará condicionada:

I – Ao requerimento formal do fornecedor registrado, quando cabível;

II – À demonstração do transcurso do período mínimo de 12 (doze) meses;

III – À análise e aprovação da Administração; e

IV – À comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados em relação aos preços praticados no mercado.

2.4.4.4. O reajuste dos preços não implica, por si só, prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, permanecendo esta condicionada aos requisitos previstos na legislação vigente.

2.4.5. Da Formalização da Ata de Registro de Preços

2.4.5.1. Encerrado o procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, observado o disposto no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

2.4.5.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

2.5. JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.5.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP justifica-se em razão das características da contratação, que envolve demanda recorrente, quantitativos variáveis e impossibilidade de definição prévia do número exato de diárias de segurança privada que serão efetivamente necessárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

2.5.2. Os eventos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo apresentam variações quanto ao porte, estimativa de público, duração, local de realização e calendário anual, circunstâncias que impedem o planejamento preciso do quantitativo de profissionais necessários para cada contratação.

2.5.3. Dessa forma, a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais eficiente para atender às necessidades da Administração, enquadrando-se nas hipóteses previstas no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, especialmente em razão da necessidade de contratações frequentes e da impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato da demanda.

2.5.4. A utilização do SRP proporcionará maior eficiência administrativa, economicidade, celeridade nas contratações e racionalização dos procedimentos administrativos, permitindo que as contratações sejam realizadas apenas quando efetivamente necessárias, sem obrigar a Administração à contratação integral dos quantitativos registrados.

2.5.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços proporcionará, ainda, os seguintes benefícios:

I – Economicidade

- a) obtenção de preços mais vantajosos em razão da competitividade do certame;
- b) realização de contratações conforme a necessidade da Administração, evitando despesas desnecessárias;
- c) padronização da prestação dos serviços, contribuindo para maior eficiência na gestão contratual.

II – Recursos Humanos

- a) redução da necessidade de realização de processos licitatórios individuais para cada evento;
- b) otimização das atividades administrativas relacionadas ao planejamento, fiscalização e gestão contratual.

III – Gestão Administrativa

- a) maior flexibilidade para atendimento das demandas decorrentes dos eventos promovidos pelo Município;
- b) simplificação dos procedimentos de contratação durante a vigência da Ata;
- c) maior eficiência no planejamento das ações da Secretaria.

IV – Recursos Financeiros

- a) maior flexibilidade na execução orçamentária, uma vez que as contratações ocorrerão conforme a necessidade e a disponibilidade de recursos;
- b) redução dos custos administrativos decorrentes da realização de múltiplos procedimentos licitatórios;
- c) maior agilidade na contratação dos serviços, tendo em vista que os fornecedores e preços permanecerão previamente registrados durante a vigência da Ata.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

2.5.6. A estimativa de consumo foi elaborada para o período de 12 (doze) meses, possuindo caráter meramente estimativo, não gerando obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança privada desarmada destinada à atuação em eventos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCET, mediante Sistema de Registro de Preços, visando atender às demandas variáveis da Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

3.2. Os serviços compreenderão, conforme a necessidade de cada evento, a disponibilização de profissionais devidamente habilitados, uniformizados e identificados, vinculados à empresa regularmente autorizada a funcionar pela Polícia Federal, para execução de atividades de controle de acesso, vigilância ostensiva desarmada, organização do fluxo de pessoas, prevenção e mediação de conflitos, preservação da integridade física do público, artistas, atletas, servidores e demais participantes, bem como proteção do patrimônio público e privado durante a realização dos eventos.

3.3. O dimensionamento do efetivo será definido pela Administração para cada evento, considerando critérios técnicos relacionados ao porte, estimativa de público, duração, características do local, complexidade operacional e riscos envolvidos, observando os parâmetros referenciais estabelecidos neste Termo de Referência.

3.3.1. O ciclo de vida da contratação compreenderá as seguintes etapas:

- a)** planejamento e definição da necessidade da Administração para cada evento;
- b)** emissão da Ordem de Serviço contendo local, data, horário, quantitativo de profissionais e demais informações necessárias à execução;
- c)** mobilização da equipe pela empresa contratada, com apresentação dos profissionais devidamente uniformizados, identificados e habilitados;
- d)** execução dos serviços de segurança durante todo o período do evento, observando as normas legais, técnicas e operacionais aplicáveis;
- e)** fiscalização da execução contratual pelo fiscal designado pela Administração, com verificação do cumprimento das obrigações contratuais, da quantidade de profissionais disponibilizados e da qualidade dos serviços prestados;
- f)** recebimento dos serviços executados, atestado da execução e realização do pagamento, observadas as condições estabelecidas no contrato.

3.4. A empresa contratada será responsável por todos os recursos humanos, materiais, equipamentos, uniformes, meios de comunicação, transporte, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, não gerando qualquer vínculo empregatício entre os profissionais disponibilizados e a Administração Pública.

3.5. A execução dos serviços deverá observar integralmente a Lei nº 14.967/2024, as normas expedidas pela Polícia Federal, a legislação trabalhista, as normas de segurança aplicáveis e demais disposições legais pertinentes à atividade de segurança privada.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

3.6. A solução proposta proporciona maior eficiência administrativa, flexibilidade operacional e economicidade, permitindo que a Administração disponha de profissionais qualificados sempre que houver necessidade, sem a obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados, atendendo às características variáveis dos eventos promovidos pelo Município e garantindo segurança, organização e adequado atendimento ao interesse público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO / MODALIDADE DE LICITAÇÃO

4.1. Modalidade, forma e enquadramento legal

4.1.1. A contratação será realizada mediante licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, por se tratar de **serviço comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. O procedimento licitatório será processado por meio do Sistema de Registro de Preços, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da regulamentação municipal aplicável e das demais normas pertinentes.

4.2. Justificativa da Escolha do Pregão Eletrônico

4.2.1. A adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, justifica-se por se tratar de serviço comum, cujas características técnicas são padronizadas e amplamente ofertadas no mercado, permitindo a definição objetiva das especificações e o julgamento das propostas pelo critério de menor preço.

4.2.2. A utilização do ambiente eletrônico amplia a competitividade do certame, possibilita maior participação de fornecedores, assegura transparência, isonomia, eficiência e economicidade, além de proporcionar maior celeridade ao procedimento licitatório.

4.3. Classificação do Objeto

4.3.1. O objeto desta contratação é classificado como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.3.2. Os serviços de segurança privada desarmada possuem procedimentos operacionais padronizados, regulamentação específica e ampla disponibilidade de empresas especializadas no mercado, permitindo que a seleção do fornecedor ocorra pelo critério de menor preço, sem prejuízo da qualidade mínima exigida.

4.3.3. As especificações técnicas, requisitos de habilitação, critérios de aceitação e demais condições para execução dos serviços encontram-se estabelecidos neste Termo de Referência e serão reproduzidos no Edital.

4.4. Critério de Julgamento das Propostas

4.4.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, os requisitos de habilitação e as condições de execução previstas neste Termo de Referência.

4.4.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às especificações técnicas e às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital;
- b) apresentem vícios insanáveis que comprometam o julgamento;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores praticados pelo mercado;
- d) apresentem qualquer condição que inviabilize a adequada execução do objeto.

4.5. Sustentabilidade

4.5.1. Na execução dos serviços deverão ser observados, sempre que aplicáveis, os princípios da eficiência, do desenvolvimento nacional sustentável e da responsabilidade socioambiental, em conformidade com o a Lei nº 14.133/2021.

4.5.2. A contratada deverá adotar práticas destinadas à redução de desperdícios, ao uso racional de recursos e à adequada destinação dos resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

4.5.3. Eventuais exigências ambientais específicas serão estabelecidas no Edital e no Contrato, quando compatíveis com o objeto e desde que não restrinjam indevidamente a competitividade.

4.6. Indicação de Marcas e Modelos

4.6.1. Não se aplica, em razão da natureza do objeto.

4.7. Exigência de Amostras

4.7.1. Não se aplica.

4.8. Subcontratação

4.8.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, da execução dos serviços objeto desta contratação.

4.8.2. A vedação à subcontratação fundamenta-se nas características específicas do objeto, que envolve a prestação de serviços de segurança privada desarmada em eventos públicos, atividade que exige atuação coordenada, supervisão direta, unidade de comando e responsabilidade técnica da empresa contratada durante toda a execução contratual.

4.8.3. A execução direta dos serviços pela empresa contratada assegura que a capacidade técnica, operacional e profissional demonstrada durante a fase de habilitação seja efetivamente empregada na execução do contrato, garantindo a manutenção dos padrões de qualidade, a eficiência operacional e a segurança dos participantes dos eventos.

4.8.4. A vedação também se justifica pela necessidade de que todos os profissionais empregados na execução contratual estejam vinculados à empresa contratada, a qual deverá manter, durante toda a vigência do contrato, autorização de funcionamento expedida pela Polícia Federal e atender integralmente à legislação aplicável à atividade de segurança privada, assumindo responsabilidade exclusiva pela execução dos serviços.

4.8.5. A proibição da subcontratação visa preservar a efetividade da fiscalização contratual, evitar a fragmentação da responsabilidade pela execução do objeto, reduzir riscos operacionais e assegurar a adequada prestação dos serviços, em observância aos princípios da eficiência, da segurança jurídica, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público.

4.9. Carta de Solidariedade

4.9.1. Não será exigida Carta de Solidariedade, por não se enquadrar nas hipóteses previstas na legislação aplicável.

4.10. Garantia da Contratação

4.10.1. Não será exigida garantia da contratação de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.10.2. A não exigência de garantia contratual justifica-se pela natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços de segurança privada desarmada sob demanda, formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, cujas contratações ocorrerão conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordens de serviço ou instrumentos contratuais específicos.

4.10.3. Considerando que os serviços serão executados por demanda, em eventos previamente programados, com acompanhamento permanente por fiscal designado pela Administração, os riscos de inadimplemento contratual mostram-se adequadamente mitigados pelos mecanismos de fiscalização, aplicação de penalidades administrativas, retenção de pagamentos, rescisão contratual e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

4.10.4. A exigência de garantia contratual, nas condições desta contratação, poderia representar custo adicional aos licitantes, com potencial redução da competitividade do certame, sem que houvesse benefício proporcional à mitigação dos riscos envolvidos.

4.10.5. Dessa forma, considerando a natureza dos serviços, a forma de execução sob demanda, o acompanhamento contínuo da execução contratual e a suficiência dos instrumentos legais de fiscalização e responsabilização previstos na Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a não exigência de garantia contratual atende aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da eficiência, da competitividade e da economicidade, preservando o interesse público sem impor ônus desnecessário aos futuros contratados.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

4.11. Regularidade da Atividade

4.11.1. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, válidas todas as autorizações, registros, licenças e demais documentos exigidos para o exercício da atividade de segurança privada, especialmente a autorização de funcionamento expedida pela Polícia Federal.

4.11.2. A perda, suspensão, cassação ou irregularidade das autorizações necessárias ao exercício da atividade constituirá motivo para aplicação das medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação.

4.12. Justificativa para a Não Fragmentação do Objeto

4.12.1. A contratação será realizada em item único, considerando que os serviços de segurança privada devem ser executados de forma integrada, sob coordenação única, permitindo adequado planejamento operacional, padronização dos procedimentos, unidade de comando e fiscalização eficiente.

4.12.2. A fragmentação do objeto entre diferentes empresas poderia comprometer a coordenação das equipes, dificultar a fiscalização contratual, aumentar os riscos operacionais e prejudicar a eficiência da execução dos serviços, especialmente em eventos com grande concentração de público.

4.12.3. Considerando a natureza técnica e operacional dos serviços, conclui-se que a contratação em item único representa a solução mais eficiente, econômica e segura para atendimento ao interesse público.

4.12.4. Quanto ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, eventual reserva de cotas não se mostra tecnicamente viável, uma vez que a divisão do objeto comprometeria sua execução integrada, a coordenação operacional e a efetividade da fiscalização contratual, enquadrando-se na hipótese prevista no art. 49, inciso III, da referida Lei Complementar.

4.12.5. Dessa forma, resta justificada a contratação em item único e a não aplicação de reserva de cotas, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade, da segurança da execução contratual e da supremacia do interesse público.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO / LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Condições Gerais de Execução

5.1.1. A execução dos serviços ocorrerá conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, no Contrato e nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

5.1.2. Os serviços serão prestados de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCET, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.3. A execução poderá ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos, feriados e no período noturno, conforme cronograma e programação dos eventos.

5.1.4. Cada Ordem de Serviço indicará, no mínimo:

- a) local de realização do evento;
- b) data e horário de execução;
- c) quantitativo de profissionais necessários;
- d) período de atuação;
- e) demais informações necessárias à adequada execução dos serviços.

5.2. Da Convocação e Mobilização da Equipe

5.2.1. A Administração convocará a contratada mediante Ordem de Serviço ou documento equivalente, preferencialmente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da realização do evento, ressalvadas situações supervenientes devidamente justificadas.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

5.2.2. A contratada deverá confirmar o recebimento da Ordem de Serviço e encaminhar ao fiscal do contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas após a convocação, a relação nominal dos profissionais designados para execução dos serviços.

5.2.3. Os profissionais deverão apresentar-se no local indicado na Ordem de Serviço com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do início previsto para o evento, devidamente uniformizados, identificados e aptos ao exercício de suas funções.

5.3. Da Execução dos Serviços

5.3.1. Os serviços compreenderão, dentre outras atividades compatíveis com a segurança privada desarmada:

- a) controle de acesso de pessoas;
- b) organização do fluxo de entrada e saída do público;
- c) vigilância ostensiva desarmada nas áreas designadas;
- d) prevenção de ocorrências;
- e) mediação preventiva de conflitos;
- f) proteção da integridade física das pessoas;
- g) preservação do patrimônio público e privado;
- h) apoio às ações de organização do evento relacionadas à segurança.

5.3.2. A atuação da equipe deverá observar as orientações do fiscal do contrato, da coordenação do evento e, quando necessário, atuar de forma integrada com os órgãos de segurança pública e demais serviços públicos presentes no evento, respeitadas as competências legais de cada instituição.

5.3.3. Os profissionais deverão exercer suas atividades com urbanidade, disciplina, postura ética, cordialidade e respeito ao público, abstendo-se de qualquer conduta incompatível com a natureza dos serviços contratados.

5.4. Da Substituição de Profissionais

5.4.1. Eventuais substituições de profissionais serão admitidas desde que o substituto possua qualificação equivalente à exigida para a execução do objeto.

5.4.2. A substituição deverá ser comunicada previamente ao fiscal do contrato, sempre que possível, acompanhada da identificação do profissional substituto.

5.4.3. Em situações de caso fortuito ou força maior que impeçam a comunicação prévia, a contratada deverá informar imediatamente à fiscalização e providenciar a substituição sem comprometer a continuidade da prestação dos serviços.

5.5. Locais de Execução

5.5.1. Os serviços serão executados de forma itinerante, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, compreendendo, dentre outros:

- a) Parque de Exposição;
- b) Praça da Liberdade;
- c) Praça Assis Canuto;
- d) Distrito de Rondominas;
- e) demais localidades pertencentes ao Município de Ouro Preto do Oeste/RO.

5.5.2. Os locais específicos de execução constarão da respectiva Ordem de Serviço.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

5.6. Obrigações da Contratada durante a Execução

5.6.1. A contratada deverá:

- a) disponibilizar profissionais devidamente qualificados para execução dos serviços;
- b) manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação exigidas na licitação;
- c) substituir imediatamente qualquer profissional cuja conduta seja considerada inadequada pela fiscalização, desde que devidamente justificada;
- d) responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução contratual;
- e) fornecer uniformes, equipamentos e demais meios necessários à execução dos serviços;
- f) assumir integral responsabilidade pelos atos praticados por seus empregados durante a execução contratual.

5.6.2. Todos os custos necessários à execução dos serviços correrão exclusivamente por conta da contratada, incluindo transporte, alimentação, uniformes, equipamentos, tributos, seguros, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias ao cumprimento do objeto.

5.7. Qualificação dos Profissionais

5.7.1. A contratada deverá assegurar que todos os profissionais designados para a execução dos serviços atendam às exigências legais aplicáveis ao exercício da atividade de segurança privada.

5.7.2. Antes do início da execução de cada evento, a contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato a relação nominal dos profissionais designados, acompanhada da documentação comprobatória exigida neste Termo de Referência e no Edital.

5.8. Recebimento dos Serviços

5.8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato ou servidor designado, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.8.2. Constatadas irregularidades, a contratada será notificada para promover as correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.8.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, mediante emissão do respectivo termo ou atesto na documentação fiscal.

5.9. Fiscalização

5.9.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações contratuais, registrar ocorrências e adotar as providências necessárias à regular execução do contrato.

5.9.2. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela execução dos serviços.

5.10. Disposições Finais

5.10.1. O quantitativo de profissionais será solicitado conforme a necessidade de cada evento, observados os limites registrados na Ata de Registro de Preços.

5.10.2. A emissão da Nota de Empenho e, quando cabível, do instrumento contratual ou documento equivalente precederá a execução dos serviços.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

5.10.3. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos serviços, mediante apresentação da documentação exigida e observadas as condições estabelecidas no contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO / DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Instrumento de formalização da contratação

6.1.1. A Ata de Registro de Preços não constitui, por si só, instrumento autorizador da execução dos serviços, dependendo cada demanda da formalização do respectivo instrumento de contratação.

6.1.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Termo de Contrato, observadas as disposições do Edital, deste Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3. Após a formalização do contrato, será emitida a correspondente Ordem de Serviço, contendo as informações necessárias à execução do evento.

6.2. Execução Contratual

6.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas, com este Termo de Referência, com o Edital e com a Ata de Registro de Preços, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2.2. Eventuais alterações, suspensões ou paralisações da execução deverão ser formalmente registradas no processo administrativo correspondente.

6.3. Comunicações

6.3.1. As comunicações entre a Administração e a contratada ocorrerão, preferencialmente, por meio eletrônico institucional ou outro meio formal admitido pela Administração.

6.3.2. Sempre que necessário, a Administração poderá convocar representante da contratada para reuniões de alinhamento, esclarecimentos ou acompanhamento da execução contratual.

6.4. Gestão e Fiscalização

6.4.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.2. Compete ao gestor e aos fiscais do contrato acompanhar a execução dos serviços, verificando, entre outros aspectos:

- a) cumprimento das obrigações contratuais;
- b) quantidade de profissionais disponibilizados;
- c) cumprimento dos horários estabelecidos;
- d) utilização de profissionais devidamente identificados;
- e) manutenção das condições de habilitação da contratada durante a execução contratual;
- f) conformidade dos serviços com a Ordem de Serviço emitida.

6.5. Fiscalização Técnica

6.5.1. O fiscal técnico acompanhará a execução dos serviços, registrando todas as ocorrências relevantes e propondo ao gestor do contrato a adoção das providências necessárias.

6.5.2. Verificada irregularidade na execução, a contratada será formalmente notificada para promover sua regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato.

6.5.3. O fiscal técnico não possui competência para aplicar sanções administrativas ou autorizar pagamentos, competindo-lhe registrar os fatos e encaminhá-los ao gestor do contrato para decisão.

6.6. Controle da Execução

6.6.1. Antes do início de cada evento, a fiscalização poderá verificar, dentre outros aspectos:

- a) relação nominal dos profissionais designados;
- b) documentação comprobatória exigida no Edital e neste Termo de Referência;
- c) regularidade da empresa para o exercício da atividade de segurança privada;





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

d) conformidade dos uniformes e identificação funcional dos profissionais.

6.6.2. Constatada irregularidade que impeça a adequada execução do objeto, a Administração poderá determinar a imediata regularização da situação ou adotar as medidas administrativas cabíveis.

6.6.3. Durante a execução do evento, a fiscalização deverá registrar as ocorrências relevantes, especialmente ausências de profissionais, atrasos, descumprimento de obrigações contratuais e demais fatos que possam impactar a qualidade da prestação dos serviços.

6.6.4. As informações registradas pela fiscalização subsidiarão o recebimento dos serviços, a medição, o pagamento e, quando cabível, a aplicação de penalidades.

6.7. Responsabilidade da Contratada

6.7.1. A atuação da fiscalização pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela correta execução dos serviços.

6.7.2. A contratada responderá integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação.

6.8. Controle do Consumo da Ata

6.8.1. O gestor do contrato deverá acompanhar a utilização dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços durante toda a sua vigência.

6.8.2. Quando a utilização dos quantitativos registrados atingir aproximadamente 70% (setenta por cento) do saldo disponível, o gestor deverá elaborar relatório de acompanhamento, visando subsidiar o planejamento das futuras contratações e, se necessário, a adoção tempestiva das providências administrativas pertinentes.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Critérios de medição do fornecimento

7.1.1. A medição dos serviços será realizada por evento, considerando exclusivamente os serviços efetivamente executados, atestados pela fiscalização e em conformidade com a Ordem de Serviço emitida pela Administração.

7.1.2. Para fins de medição serão observados, cumulativamente:

- a) a existência de Ordem de Serviço regularmente emitida;
- b) a efetiva execução dos serviços contratados;
- c) a quantidade de profissionais disponibilizados;
- d) o número de diárias efetivamente executadas;
- e) o cumprimento dos horários estabelecidos;
- f) o atesto do fiscal do contrato.

7.1.3. Cada evento constituirá unidade autônoma de medição.

7.1.4. Somente serão consideradas para pagamento as diárias efetivamente executadas e devidamente certificadas pela fiscalização.

7.2. Validação da Medição

7.2.1. A validação da medição ficará condicionada à verificação de que:

- a) os profissionais compareceram ao local no horário estabelecido;
- b) os profissionais encontravam-se devidamente uniformizados e identificados;
- c) a quantidade de profissionais correspondeu à Ordem de Serviço;
- d) os serviços foram executados conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- e) não foram constatadas irregularidades que comprometessem a execução do objeto.

7.3. Ajustes e Glosas

7.3.1. A Administração poderá promover glosas proporcionais na medição sempre que constatadas irregularidades na execução contratual, especialmente nos casos de:

- a) ausência de profissionais;
- b) execução parcial dos serviços;





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

- c) descumprimento dos horários estabelecidos;
- d) substituição de profissionais em desacordo com as condições previstas neste Termo de Referência;
- e) outras falhas devidamente registradas pela fiscalização.

7.3.2. A aplicação de glosas não impede a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade e eventual aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Recebimento dos Serviços

7.4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato ao término de cada evento, mediante verificação da execução das atividades contratadas.

7.4.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência da medição, da documentação apresentada pela contratada e da regular execução dos serviços.

7.4.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços prestados, nem afasta a aplicação das medidas legais e contratuais cabíveis em caso de irregularidades posteriormente constatadas.

7.5. Liquidação da Despesa

7.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, acompanhada da documentação exigida, a Administração procederá à liquidação da despesa, observando a legislação vigente.

7.5.2. Havendo divergência quanto à quantidade, qualidade ou regularidade dos serviços executados, a contratada será formalmente comunicada para manifestação e, quando cabível, para saneamento das inconsistências verificadas.

7.5.3. O período necessário à regularização das inconsistências não será computado para fins da contagem do prazo de pagamento.

7.6. Condições de Pagamento

7.6.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos serviços e a regular liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal e dos documentos exigidos para a contratação.

7.6.2. A unidade de medição e pagamento será a **diária por profissional**, correspondente à jornada prevista neste Termo de Referência.

7.6.3. O valor da diária compreenderá todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo remuneração, encargos trabalhistas, previdenciários, tributos, transporte, alimentação, uniformes, equipamentos e demais despesas diretas e indiretas.

7.6.4. Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, atestados pelo fiscal do contrato e compatíveis com a Ordem de Serviço emitida.

7.6.5. O pagamento ficará condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada, quando exigidas pela legislação.

7.7. Disposições Complementares

7.7.1. O recebimento dos serviços constitui condição indispensável para a medição, liquidação e pagamento.

7.7.2. A fiscalização poderá solicitar documentos ou esclarecimentos complementares sempre que necessários à comprovação da regular execução dos serviços.

7.7.3. A existência de irregularidades na execução contratual poderá ensejar glosas, retenções, aplicação de penalidades administrativas ou demais medidas previstas no contrato e na legislação vigente, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.7.4. Os procedimentos de medição e pagamento observarão os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8. Liquidação





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

8.1. Procedimentos de Liquidação da Despesa

8.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente emitido em conformidade com a Ordem de Serviço, o Contrato, a Ata de Registro de Preços e este Termo de Referência, iniciar-se-á o procedimento de liquidação da despesa.

8.1.2. A liquidação somente será realizada após o recebimento definitivo dos serviços e o atesto da execução pelo fiscal do contrato.

8.1.3. O prazo para liquidação observará a legislação vigente e os normativos internos aplicáveis ao Município.

8.2. Verificação para Fins de Liquidação

8.2.1. Para fins de liquidação, a Administração verificará a regularidade formal da documentação apresentada e a conformidade entre os serviços executados, a medição realizada e o recebimento definitivo.

8.2.2. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá conter, no mínimo:

- a) identificação da contratada;
- b) número e data de emissão;
- c) identificação do órgão contratante;
- d) referência à Nota de Empenho e ao Contrato correspondente;
- e) discriminação dos serviços executados, indicando a quantidade de diárias efetivamente prestadas;
- f) valor total da cobrança;
- g) retenções tributárias, quando cabíveis.

8.2.3. Verificada qualquer inconsistência, erro formal ou divergência entre a documentação apresentada e os serviços efetivamente executados, a contratada será notificada para promover as correções necessárias, permanecendo suspenso o procedimento de liquidação até a regularização.

8.3. Condições para Liquidação

8.3.1. A liquidação da despesa ficará condicionada à:

- a) emissão do recebimento definitivo dos serviços;
- b) conformidade da medição realizada;
- c) apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente;
- d) apresentação da documentação exigida contratualmente;
- e) regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando exigível.

8.3.2. Para instrução da liquidação, a contratada deverá apresentar:

- a) Nota Fiscal correspondente aos serviços executados;
- b) relatório de execução do evento;
- c) relação nominal dos profissionais efetivamente empregados na execução dos serviços;
- d) atesto do fiscal do contrato quanto à regular execução do objeto;
- e) demais documentos eventualmente exigidos no Contrato.

8.4. Disposições Complementares

8.4.1. A liquidação será processada por evento, considerando exclusivamente os serviços efetivamente executados e regularmente atestados pela fiscalização.

8.4.2. O procedimento de liquidação não afasta a responsabilidade da contratada por eventuais vícios, falhas ou desconformidades constatadas posteriormente, permanecendo aplicáveis as medidas previstas no contrato e na legislação vigente.

8.4.3. Havendo controvérsia quanto à execução dos serviços, poderá ser promovida a liquidação da parcela incontroversa, permanecendo suspensa a parcela objeto da divergência até sua regular solução, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

9. Pagamento

9.1. Prazo para Pagamento





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

9.1.1. O pagamento será efetuado após a conclusão da liquidação da despesa, no prazo de até 30 (trinta) dias, ou conforme previsto na legislação aplicável e nas normas internas do Município, mediante crédito em favor da contratada.

9.1.2. O pagamento somente será realizado após:

- a) o recebimento definitivo dos serviços;
- b) a conclusão da medição;
- c) a liquidação regular da despesa;
- d) a apresentação da documentação exigida.

9.2. Atualização Monetária por Atraso de Pagamento

9.2.1. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento.

9.2.2. A atualização monetária será calculada mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

9.2.3. Não haverá atualização monetária quando o atraso decorrer de fato imputável exclusivamente à contratada.

9.3. Forma de Pagamento

9.3.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária para crédito em conta corrente de titularidade da contratada, em instituição financeira por ela indicada.

9.3.2. Considera-se como data do pagamento aquela correspondente à emissão da ordem bancária pela Administração.

9.4. Retenções Tributárias

9.4.1. Quando cabível, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

9.4.2. A contratada deverá destacar na Nota Fiscal os tributos incidentes sobre a contratação, quando exigido pela legislação.

9.4.3. A empresa optante pelo Simples Nacional fará jus ao tratamento tributário previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mediante apresentação da documentação comprobatória pertinente.

9.5. Condições para Liberação do Pagamento

9.5.1. Antes da realização do pagamento, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sistemas oficiais disponíveis ou à documentação apresentada pela contratada.

9.5.2. Constatada irregularidade sanável, a contratada será formalmente notificada para promover sua regularização ou apresentar justificativa, no prazo estabelecido pela Administração.

9.6. Suspensão do Pagamento

9.6.1. Havendo erro na Nota Fiscal, inconsistência na documentação apresentada ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização das pendências, sem incidência de atualização monetária durante o período em que a pendência for atribuível à contratada.

9.6.2. O pagamento poderá ser suspenso, total ou parcialmente, quando constatado:

- a) descumprimento das obrigações contratuais;





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

- b) execução dos serviços em desacordo com este Termo de Referência;
- c) pendências que impeçam a liquidação da despesa;
- d) aplicação de medidas administrativas que afetem a exigibilidade do pagamento, observados o contraditório e a ampla defesa.

9.6.3. Regularizadas as pendências, o pagamento seguirá o fluxo normal da execução contratual.

9.7. Disposições Finais

9.7.1. Não será realizado pagamento antecipado.

9.7.2. Não será devida atualização monetária quando o atraso decorrer de fato imputável exclusivamente à contratada.

9.7.3. Eventuais valores devidos pela contratada à Administração poderão ser compensados na forma da legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.7.4. Os pagamentos observarão os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, bem como as disposições do contrato e da legislação vigente.

10. Obrigações da Contratada

10.1. Obrigações Gerais

10.1.1. Executar os serviços de segurança privada desarmada em estrita conformidade com este Termo de Referência, o Edital, a Ata de Registro de Preços, o Contrato e as Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

10.1.2. Disponibilizar profissionais devidamente qualificados, uniformizados, identificados e aptos à execução dos serviços, observando a legislação aplicável à atividade de segurança privada.

10.1.3. Comparecer ao local indicado na Ordem de Serviço com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do início do evento, salvo prazo diverso expressamente estabelecido pela Administração.

10.1.4. Fornecer todos os recursos humanos, uniformes, equipamentos e demais meios necessários à adequada execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

10.2. Comunicação e Cumprimento dos Prazos

10.2.1. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer a execução dos serviços, apresentando as justificativas pertinentes e propondo as medidas necessárias para minimizar os impactos.

10.2.2. Manter canal permanente de comunicação com o gestor e o fiscal do contrato durante toda a execução contratual.

10.3. Encargos da Contratada

10.3.1. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução do contrato.

10.3.2. Responsabilizar-se integralmente pelos atos praticados por seus empregados, prepostos e colaboradores durante a execução contratual.

10.3.3. Arcar com todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive transporte, alimentação, uniformes, equipamentos, tributos, seguros obrigatórios e demais custos diretos e indiretos.

10.4. Qualidade da Execução

10.4.1. Executar os serviços com observância dos padrões de qualidade, eficiência, segurança e urbanidade exigidos pela Administração.

10.4.2. Substituir imediatamente qualquer profissional cuja conduta, desempenho ou qualificação sejam considerados inadequados pela fiscalização, mediante solicitação fundamentada da Administração.

10.4.3. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

10.5. Documentação

10.5.1. Apresentar, para fins de medição, liquidação e pagamento, a documentação exigida no Contrato e neste Termo de Referência.

10.5.2. Manter atualizada toda a documentação necessária ao exercício da atividade de segurança privada, inclusive as autorizações legalmente exigidas.

10.6. Responsabilidade por Danos

10.6.1. Reparar, às suas expensas, os danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes durante a execução do contrato.

10.6.2. A responsabilidade da contratada subsistirá independentemente da fiscalização exercida pela Administração.

10.7. Representação da Contratada

10.7.1. Designar formalmente preposto para representar a empresa perante a Administração durante toda a execução contratual.

10.7.2. O preposto deverá possuir poderes para receber comunicações, prestar esclarecimentos, adotar providências e solucionar questões relacionadas à execução dos serviços.

10.8. Observância das Normas Contratuais

10.8.1. Cumprir integralmente as disposições deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e da Lei nº 14.133/2021.

10.8.2. Atender prontamente às determinações da fiscalização e do gestor do contrato relacionadas à execução do objeto.

10.8.3. Encaminhar, sempre que solicitado, a documentação necessária ao acompanhamento, fiscalização, medição, liquidação e pagamento da contratação.

11. Obrigações da Contratante

11.1. Obrigações Gerais

11.1.1. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, de acordo com este Termo de Referência, o Edital, a Ata de Registro de Preços, o Contrato e demais instrumentos pertinentes.

11.1.2. Disponibilizar à contratada as informações, orientações e documentos necessários à adequada execução dos serviços.

11.1.3. Proporcionar as condições necessárias para que a contratada execute os serviços de forma regular, observadas as atribuições e responsabilidades de cada parte.

11.2. Providências Administrativas

11.2.1. Formalizar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços mediante Termo de Contrato, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

11.2.2. Emitir a Ordem de Serviço correspondente, contendo todas as informações necessárias à execução do evento.

11.2.3. Disponibilizar à contratada as informações relativas ao local, data, horário, estimativa de público e demais elementos necessários ao planejamento da execução dos serviços.

11.3. Fiscalização e Acompanhamento

11.3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de gestor e fiscal do contrato formalmente designados.

11.3.2. Verificar a conformidade dos serviços executados com as especificações deste Termo de Referência, do Contrato e da Ordem de Serviço.

11.3.3. Registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução contratual, determinando, quando cabível, a adoção das providências necessárias à regularização.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

11.3.4. A atuação da fiscalização limita-se ao acompanhamento da execução contratual, não afastando nem reduzindo a responsabilidade exclusiva da contratada pela execução dos serviços.

11.4. Comunicação e Medidas Administrativas

11.4.1. Notificar formalmente a contratada acerca de falhas, irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo para manifestação ou regularização, quando cabível.

11.4.2. Adotar as medidas administrativas e aplicar as sanções previstas no Contrato e na legislação vigente, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Pagamento

11.5.1. Efetuar o pagamento devido pelos serviços regularmente executados e recebidos, após a medição, o recebimento definitivo e a liquidação da despesa, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Contrato e na legislação aplicável.

11.6. Limitação da Responsabilidade da Administração

11.6.1. A Administração não responderá por obrigações assumidas pela contratada perante terceiros, nem por danos decorrentes de atos, omissões ou condutas praticadas por seus empregados, prepostos ou representantes durante a execução contratual.

11.7. Observância dos Princípios Administrativos

11.7.1. A Administração exercerá a gestão e a fiscalização do contrato em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, transparência e interesse público, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

12.1. Forma de seleção do fornecedor

12.1. Forma de Seleção do Fornecedor

12.1.1. O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório na modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, nos termos dos arts. 28 e 29 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

12.1.2. O procedimento observará todas as fases previstas na legislação, assegurando a observância dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo, transparência, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12.2. Critério de Julgamento

12.2.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas, operacionais e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

12.3. Apresentação da Proposta

12.3.1. A proposta deverá conter descrição suficiente dos serviços ofertados, de forma a permitir a verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.

12.3.2. A proposta de preços deverá apresentar:

- a) o valor unitário da diária por profissional;
- b) o valor total do item, considerando o quantitativo estimado;
- c) o valor global da proposta, quando aplicável ao sistema eletrônico utilizado.

12.3.3. Os preços ofertados deverão compreender todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo remuneração, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, transporte, alimentação, uniformes, equipamentos e demais despesas inerentes à contratação.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

12.4. Aceitabilidade das Propostas

12.4.1. Serão consideradas aceitáveis as propostas que:

- a) atendam integralmente às especificações deste Termo de Referência e do Edital;
- b) apresentem preços compatíveis com os praticados no mercado e com a estimativa da Administração;
- c) sejam exequíveis e compatíveis com as condições de execução do objeto.

12.4.2. A análise de aceitabilidade observará critérios objetivos previamente definidos no Edital, vedado qualquer julgamento subjetivo.

12.5. Hipóteses de Desclassificação

12.5.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) deixarem de atender às exigências do Edital ou deste Termo de Referência;
- b) apresentarem vícios insanáveis que impeçam seu julgamento;
- c) apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os preços de mercado;
- d) contiverem informações falsas ou incompatíveis com o objeto licitado;
- e) não permitirem a identificação precisa dos serviços ofertados.

12.6. Diligências

12.6.1. A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, ressalvadas as hipóteses admitidas pela legislação.

12.6.2. O julgamento das propostas observará exclusivamente os critérios estabelecidos no Edital e neste Termo de Referência, garantindo tratamento isonômico a todos os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1. Disposições gerais

13.1.1. A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.2. As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

13.1.3. Exigência compatível com risco operacional e volume estimado da contratação.

13.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.2.1. Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em sítio eletrônico oficial;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;

- d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

13.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

13.3.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

13.3.2. Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

13.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.4.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

- a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

a) Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

b) Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

c) A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

b.1 **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)** superiores a 1 (um), calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:

LG (Liquidez Geral)
$LG = (\text{Ativo Circ.} + \text{Realizável em Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo})$
SG (Solvência Geral)
$SG = (\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo})$
LC (Liquidez Corrente)
$LC = (\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$

I- A licitante que obtiver qualquer índice inferior ao estipulado no item anterior, será inabilitada, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

II- A análise da qualificação econômico-financeira será realizada pelo contador do Município com base nas demonstrações contábeis apresentadas, considerando os índices econômico-financeiros do último exercício social e a análise comparativa da evolução patrimonial e financeira dos dois últimos exercícios sociais, quando aplicável, observadas as justificativas constantes deste Termo de Referência.

III- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

b.2. **Capital mínimo** (licitantes constituídas a menos de um ano) ou **patrimônio líquido mínimo** (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

13.4.2. A exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

documentos aptos à verificação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, estando devidamente justificada no caso concreto.

13.4.3. A análise comparativa de demonstrações contábeis de exercícios distintos permite avaliar não apenas a situação financeira momentânea da empresa, mas também sua consistência operacional ao longo do tempo, possibilitando a identificação de oscilações relevantes, deterioração financeira ou riscos de descontinuidade na execução contratual.

13.4.4. A exigência adotada não extrapola os limites legais, tampouco configura restrição indevida à competitividade, representando medida proporcional, adequada e necessária à mitigação de riscos contratuais, em observância aos princípios da razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

13.5. Justificativa para a exigência de Índices Econômico-Financeiros:

13.5.1. A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como a apuração de índices financeiros, encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer elementos aptos a demonstrar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes da contratação.

13.5.2. No presente caso, a exigência de demonstrações contábeis referentes a mais de um exercício social justifica-se em razão das características da contratação, notadamente:

- a- Natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de segurança em eventos, com grande presença de público;
- b – Necessidade de fornecimento contínuo e regular, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços;
- c – Execução parcelada, conforme a demanda da Administração;
- d – Risco associado à descontinuidade do fornecimento, com potenciais impactos à realização dos eventos públicos.

13.5.3. A análise de demonstrações contábeis de mais de um exercício social permite avaliar não apenas a situação econômico-financeira momentânea da empresa, mas também sua estabilidade e consistência ao longo do tempo, possibilitando a identificação de:

- I – Variações relevantes na capacidade de liquidez;
- II – Eventual deterioração da situação econômico-financeira;
- III – Riscos de descontinuidade operacional;

13.5.4. A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) tem por finalidade avaliar a capacidade do licitante de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo compatível com a natureza do objeto e amplamente adotada nas contratações públicas.

13.5.5. Os parâmetros adotados foram definidos em patamar mínimo e proporcional, limitando-se ao necessário para mitigar riscos de inexecução contratual, sem impor restrições indevidas à competitividade, em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa.

13.5.6. A Administração poderá realizar diligências e admitir justificativas técnicas e contábeis, de modo a evitar inabilitações automáticas, permitindo a avaliação individualizada da capacidade econômico-financeira das licitantes, conforme o caso concreto.

13.5.7. Dessa forma, a exigência de demonstrações contábeis e índices econômico-financeiros mostra-se tecnicamente justificada, adequada e necessária à garantia da execução contratual, não configurando restrição indevida à competitividade.

13.5.8. A eventual exigência de patrimônio líquido mínimo, limitada a até 10% do valor estimado da contratação,





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

fundamenta-se na necessidade de assegurar que o licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

13.5.9. Tal exigência visa mitigar riscos de inadimplemento, descontinuidade no fornecimento e prejuízos à Administração, estando alinhada às boas práticas de gestão pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.6. Regras Específicas para Empresas Optantes pelo Simples Nacional e demais regimes tributários

13.6.1. Empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, observado o prazo de transmissão da ECD vigente na data de abertura da licitação, desde que a obrigatoriedade de apresentação já estivesse vigente na data de abertura do certame, assegurando-se o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à segurança jurídica.

13.6.2. Empresas não enquadradas no Simples Nacional, abrangendo aquelas sujeitas ao Lucro Presumido ou ao Lucro Real, poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, observado o prazo de transmissão da ECD vigente na data de abertura da licitação, desde que tal condição já estivesse vigente na data de abertura do certame, preservando-se a isonomia entre os concorrentes e a adequação da exigência à realidade fiscal dos distintos regimes tributários.

13.6.4. As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade.

13.6.5. Empresas constituídas no exercício corrente deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação aplicável.

13.6.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

13.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.7.1. Para comprovar sua capacidade técnica a LICITANTE deverá apresentar:

13.7.2. Comprovação de autorização da Polícia Federal, para a prestação de serviço de segurança privada, conforme exigido pelo art. 4º, da Lei Federal nº 14.967/2024.

13.7.3. Atestado(s) de capacidade técnica: para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis, em características, complexidade e natureza, com o objeto desta contratação.

13.7.3.1. Consideram-se serviços compatíveis aqueles que envolvam a prestação de serviços de segurança privada, em eventos;

13.7.3.2. Os atestados deverão conter informações suficientes para a verificação da compatibilidade, tais como: descrição dos serviços, quantitativos executados e período de execução

13.7.3.3. Será admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

13.7.3.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

14.1. Condições gerais de participação

14.1.1 Poderão participar do presente certame todas as empresas legalmente constituídas, nacionais ou estrangeiras que funcionem no País, pertencentes ao ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência, que atendam às condições estabelecidas no edital, em seus anexos e na legislação aplicável.

14.1.1.1. A participação no certame pressupõe o pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

14.1.2. O descumprimento dos prazos, condições e exigências estabelecidos no edital e em seus anexos poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme a fase do procedimento licitatório.

14.1.3. As exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica observarão, estritamente, o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado na Seção específica deste Termo de Referência.

14.2. Tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais

14.2.1. Será assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e da legislação municipal aplicável.

14.2.2. Nos casos cabíveis, **será assegurada prioridade de contratação às ME, EPP e/ou MEI localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou em municípios da região, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido**, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014, combinado com o Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025, e com o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

14.2.3. A aplicação do tratamento diferenciado observará, em qualquer hipótese, os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, não implicando restrição indevida à participação de licitantes não enquadrados como ME, EPP ou MEI.

14.3. Vedações à participação

14.3.1. Não poderão participar do presente certame as empresas que se enquadrem em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública, quando a penalidade tiver sido aplicada pelo órgão ou entidade licitante;
- b) Impedidas de licitar ou contratar, ou atingidas por outra vedação legal constante do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU, ou de outros cadastros oficiais aplicáveis;

- c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) Constituídas com o mesmo objeto social e das quais participem sócios ou administradores de empresas declaradas inidôneas;
- e) Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- f) Que se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;
- g) Que estejam reunidas em consórcio, uma vez que o objeto se caracteriza como serviço de bens comuns, sem elevada complexidade técnica ou vulto relevante, sendo plenamente exequível por empresas isoladamente, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União;
- h) Estrangeiras que não funcionem no País;
- i) Que não possuam capacidade operacional compatível com a execução do objeto, quando essa condição for indispensável à adequada prestação dos serviços e estiver devidamente justificada no processo de contratação.

14.4. Vedações relacionadas a conflito de interesses e nepotismo

14.4.1. É vedada a participação, direta ou indireta, de pessoa jurídica que se enquadre em qualquer das hipóteses de conflito de interesses previstas na legislação aplicável.

14.4.2. Também é vedada a participação de pessoa jurídica cujo administrador, sócio com poderes de administração ou representante legal possua vínculo que caracterize situação de conflito de interesses com agentes públicos envolvidos na contratação, observado o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal e na legislação pertinente.

14.4.3. Durante a execução contratual, a contratada deverá observar as normas aplicáveis relativas à prevenção de conflitos de interesses e à vedação ao nepotismo, respondendo pelas irregularidades eventualmente verificadas.

15. PENALIDADES

15.1. Infrações administrativas

15.1.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela contratada sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 155 a 163, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas no Edital, na Ata de Registro de Preços e no Contrato.

15.1.2. As sanções serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da infração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como as circunstâncias agravantes e atenuantes eventualmente verificadas.

15.2. Processo Administrativo

15.2.1. A aplicação de qualquer sanção administrativa dependerá da instauração de processo administrativo, assegurados à contratada o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, na forma da Lei nº 14.133/2021.

15.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. Valor estimado da contratação

16.1.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 206.648,64 (Duzentos e Seis Mil, Seiscentos e Quarenta e Oito Reais e Sessenta e Quatro Centavos), correspondente ao somatório dos valores estimados dos itens que compõem o objeto, conforme tabela de estimativa constante neste Termo de Referência.

16.1.2. O valor estimado tem caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação, à definição do procedimento licitatório e à análise de vantajosidade das propostas.

16.1.3. O custo estimado foi apurado com base no resultado das pesquisas de preço de mercado e banco de preço visando garantir uma análise abrangente e criteriosa das opções disponíveis no mercado. A estimativa foi calculada por meio dos valores unitários concedidos pelos fornecedores, como também por valores alcançados em banco de preço, conforme quadro comparativo anexados aos autos pela Gerência de Pesquisa e Formação de Preços.

16.2. Metodologia de formação da estimativa

16.2.1. A pesquisa de preços será realizada pelo setor competente, observando os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

16.2.2. Para formação da estimativa poderão ser utilizados, isolada ou conjuntamente, os parâmetros admitidos pela legislação, tais como:

- a) preços constantes do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- b) contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades da Administração Pública;
- c) pesquisas em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que observados os requisitos legais;
- d) pesquisa direta com fornecedores, quando cabível;
- e) demais fontes de pesquisa admitidas pela legislação vigente.

16.2.3. Os preços coletados serão analisados e consolidados em mapa comparativo de preços, acompanhado da memória de cálculo e da justificativa da metodologia adotada, documentos que integrarão o processo administrativo da contratação.

16.2.4. A metodologia empregada deverá buscar a obtenção de preços compatíveis com o mercado, mitigando distorções decorrentes de valores atípicos e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público.

17. Adequação Orçamentária

17.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da **Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCET**, consignadas no orçamento vigente à época de cada contratação.

ÓRGÃO	Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo - SEMCET
PROGRAMA	13.392.0009.2031.0000
NAT. DA DESPESA	3.3.90.39.99
FONTE DE RECURSOS	Próprios
FICHA	592

17.2. Considerando que a presente licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, a existência de previsão orçamentária não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos registrados, nem gera direito subjetivo à contratação por parte do fornecedor registrado.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

17.2.2. Cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços ficará condicionada:

- a) à existência de necessidade administrativa devidamente justificada;
- b) à disponibilidade orçamentária e financeira;
- c) à emissão da respectiva Nota de Empenho;
- d) à formalização do Termo de Contrato, quando exigido.

17.2.3. As dotações orçamentárias específicas poderão ser indicadas por ocasião da formalização de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, observada a legislação vigente e as normas orçamentárias do Município.

18. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

18.1. Identificação do(s) órgão(s) participante(s)

18.1.1. Participa do presente procedimento de Registro de Preços, na condição de órgão participante, a seguinte unidade administrativa:

SECRETARIA
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - SEMCET

18.1.2. A unidade demandante e responsável pela contratação de empresa do objeto deste Termo de Referência, bem como pela gestão das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, nos limites de suas competências administrativas.

18.2. Abrangência da participação

A presente Ata de Registro de Preços destina-se, prioritariamente, ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - SEMCET não havendo, neste momento, a participação de outros órgãos ou entidades como órgãos participantes.

18.2.1. Eventual adesão de órgãos ou entidades não participantes poderá ocorrer, desde que observadas as condições, limites e requisitos previstos na legislação vigente e na regulamentação municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços, mediante prévia anuência do órgão gerenciador e do fornecedor registrado.

19. ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

19.1. Utilização da Ata por órgãos não participantes (adesão)

19.1.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que observadas as disposições da legislação vigente e da regulamentação municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

19.2. A adesão por órgão não participante ficará condicionada, cumulativamente, a:

- a) justificativa formal da vantagem da utilização da Ata, inclusive quanto à oportunidade, conveniência e eventual mitigação de riscos de desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- c) prévia consulta e anuência do órgão gerenciador da Ata;
- d) anuência expressa do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

19.3. Limites quantitativos para adesão

19.3.1. As aquisições ou contratações decorrentes de adesão por órgão não participante não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, nos termos da regulamentação municipal vigente.

19.3.2. A adesão deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da Ata, observados os quantitativos disponíveis e as condições nela estabelecidas.

19.4. Responsabilidades na adesão

19.4.1. Caberá ao órgão não participante que pretender aderir à Ata:

- a) verificar e comprovar a vantajosidade econômica da adesão;
- b) instruir o respectivo processo administrativo com a documentação exigida pela legislação;
- c) assumir integral responsabilidade pela formalização da contratação, gestão, fiscalização e pagamento das obrigações decorrentes da adesão.

19.4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, independentemente dos quantitativos originalmente registrados, desde que a aceitação não prejudique as obrigações previamente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

19.5. Disposições finais sobre adesão

19.5.1. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes não altera as condições originalmente pactuadas, nem implica modificação do objeto, dos preços, dos prazos ou das obrigações previstas na Ata e neste Termo de Referência.

19.5.2. A adesão deverá observar, em qualquer hipótese, os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, isonomia e transparência, sendo vedada a utilização da Ata como mecanismo de burla ao dever de licitar.

20. DA REVISÃO DOS PREÇOS

20.1. Regra geral de fixação dos preços

20.1.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis, durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços, ressalvada a possibilidade de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação vigente.

20.1.2. Durante a vigência da Ata, não haverá reajuste automático dos preços registrados, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas nesta seção.

20.2. Hipóteses excepcionais de revisão dos preços

20.2.1. Os preços registrados somente poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que devidamente comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, nas seguintes hipóteses:

- a) redução dos preços praticados no mercado, de modo que os valores registrados se tornem superiores aos valores correntes;
- b) fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que eleve comprovadamente os custos dos serviços registrados, caracterizando a ruptura do equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

20.3. Revisão por redução de preços de mercado

20.3.1. Na hipótese de verificação de redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará o fornecedor registrado para negociação, com vistas à adequação dos preços registrados aos novos valores de mercado.

20.3.2. Caso a negociação resulte infrutífera, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, e convocar os demais fornecedores registrados, respeitada a ordem de classificação, para igual oportunidade de negociação.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

20.4. Revisão por elevação de custos

20.4.1. Na hipótese de ocorrência de fato superveniente que eleve os custos do objeto, o fornecedor poderá solicitar a revisão dos preços registrados, desde que comprove de forma robusta e fundamentada a impossibilidade de manutenção dos preços pactuados.

20.4.2. A revisão de preços somente será admitida mediante comprovação inequívoca do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de documentos idôneos, tais como:

- a) notas fiscais de aquisição de insumos;
- b) listas oficiais ou comerciais de preços de fornecedores;
- c) planilhas demonstrativas de custos;
- d) outros documentos que evidenciem, de forma objetiva, a majoração dos custos do objeto.

20.4.3. O pedido de revisão deverá ser formalizado por escrito, de forma imediata à ocorrência do fato gerador, acompanhado da documentação comprobatória pertinente.

20.4.4. O pedido de revisão deverá ser formalizado por escrito, acompanhado da documentação comprobatória necessária, cabendo à Administração analisar a ocorrência dos pressupostos para eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

20.5. Procedimento e efeitos da revisão

20.5.1. O pedido de revisão de preços será analisado pela Administração, que poderá realizar diligências, solicitar esclarecimentos adicionais e promover negociação com o fornecedor.

20.5.2. Durante o período de análise do pedido de revisão, o fornecedor deverá manter a execução dos serviços pelos preços registrados, salvo se expressamente liberado pela Administração.

20.5.3. O deferimento da revisão produzirá efeitos a partir da decisão administrativa, podendo, excepcionalmente e mediante fundamentação expressa, alcançar efeitos retroativos à data do fato gerador do desequilíbrio, quando devidamente comprovado.

20.6. Disposições finais sobre revisão de preços

20.6.1. A revisão de preços não constitui reajuste, tampouco atualização monetária automática, mas medida excepcional destinada exclusivamente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

20.6.2. A inexistência de comprovação suficiente do desequilíbrio econômico-financeiro ensejará o indeferimento do pedido de revisão, permanecendo válidos os preços originalmente registrados.

21. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Prazo de vigência: A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial do Município, em conformidade com a legislação vigente.

21.2. Possibilidade de prorrogação

21.2.1. A Ata de Registro de Preços **poderá ser prorrogada por igual período**, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante análise atualizada dos valores praticados no mercado;
- b) manutenção das condições originalmente pactuadas;
- c) autorização expressa da Administração;
- d) aceite formal do fornecedor registrado.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

21.2.2. A prorrogação, quando admitida, será formalizada por meio de termo próprio, devidamente instruído no processo administrativo correspondente.

21.3. Limitações da vigência

21.3.1. A vigência da Ata de Registro de Preços não se confunde com a vigência dos contratos dela decorrentes, os quais observarão os prazos estabelecidos nos respectivos instrumentos contratuais e na legislação vigente.

21.3.2. A expiração do prazo de vigência da Ata não afeta a execução das contratações regularmente formalizadas durante sua vigência, as quais permanecerão válidas até o cumprimento integral das obrigações assumidas, nos termos da legislação vigente.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

22.2. O registro referido no item anterior tem por finalidade a formação de cadastro de reserva, a ser utilizado nas hipóteses de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nos termos do art. 11, do Decreto Municipal nº 17.516/2024.

22.3. Havendo mais de um licitante na condição prevista no item **22.1**, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

22.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços e em seu anexo, mantendo-se a prioridade do licitante vencedor.

22.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

22.6. Constituem hipóteses de convocação do cadastro de reserva, dentre outras previstas no Decreto nº 17.516/2024, especialmente:

- a) a recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital;
- b) o cancelamento do registro de preços ou a superveniência de impedimento que inviabilize a execução pelo fornecedor originalmente registrado.

22.7. Na hipótese prevista na alínea “a” do item **22.6**, a Administração poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva para assinatura da ata de registro de preços, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao adjudicatário.

22.8. Na hipótese de inexistência de licitantes que aceitem as condições previstas no item anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata de registro de preços nas condições por eles ofertadas, desde que compatíveis com o valor estimado da contratação.

23. INFORMAÇÕES GERAIS

23.1. Base legal

23.1.1. O presente Termo de Referência rege-se, principalmente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, bem como pelos decretos e normas regulamentares municipais aplicáveis, especialmente aqueles que disciplinam o Sistema de Registro de Preços.

23.2. Casos omissos





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 2092/2026

23.2.1. Os casos omissos e as dúvidas eventualmente surgidas na aplicação deste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, dos princípios que regem a Administração Pública e das normas aplicáveis às contratações públicas, sem prejuízo das disposições constantes do edital e da Ata de Registro de Preços.

23.3. Aceitação das condições

23.3.1. A assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor vencedor implica plena aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na própria Ata, não podendo ser alegado desconhecimento como fundamento para descumprimento das obrigações assumidas.

23.4. Adjudicação

23.4.1. A adjudicação observará o critério de julgamento previsto no Edital.

23.5. Condutas vedadas e responsabilidades

23.5.1. A recusa injustificada da contratada em executar os serviços regularmente solicitados pela Administração, quando caracterizada a obrigação assumida, sujeita o infrator às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilizações cabíveis.

23.6. Informações e esclarecimentos

23.6.1. Informações adicionais e esclarecimentos sobre o presente Termo de Referência poderão ser obtidos no horário de expediente administrativo, ou por meio dos canais oficiais de comunicação disponibilizados pela Administração Municipal, através do e-mail: srp@ouopretodoeste.ro.gov.br

24. DO FORO

24.1. Solução administrativa prévia

24.1.1. As questões eventualmente omissas ou as controvérsias surgidas na aplicação deste Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes deverão ser, preferencialmente, solucionadas na esfera administrativa, à luz da legislação vigente e das normas aplicáveis às contratações públicas.

24.2. Foro competente

24.2.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir as questões judiciais oriundas da execução do contrato, quando não solucionadas na esfera administrativa, observada a legislação aplicável.

24.3. Encerramento e aprovação

24.3.1. À vista das informações constantes nos autos do processo administrativo e em observância à legislação vigente, o presente Termo de Referência é submetido à apreciação da autoridade competente para fins de aprovação e adoção das providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório.

Ouro Preto do Oeste, 24 de junho de 2026.

Emersson Douglas Xavier da Fonseca
Assessor Especial da SEMCET





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA	ANEXO I - TR PROC 2092-2026	24/06/2026

ID:	1636242	Processo	Documento
CRC:	4AE005C0		
Processo:	1-2092/2026		
Usuário:	Rondnele Souza da Silva		
Criação:	24/06/2026 17:11:04	Finalização:	24/06/2026 17:11:04

MD5: **8004CE65C3115416C3A751B7B1778505**

SHA256: **DDC093DADC35432184EB551C704E3F7081B3D90D16B19871C28CFC5BDFBF9B25**

Súmula/Objeto:

PROC. ADM. Nº 2092/2026 - SEMCET

INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	24/06/2026 17:11:04
--	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PRIVADA	24/06/2026 17:11:04
---	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 43	25/06/2026	1637335
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	25/06/2026 08:12:23
--	------------------------------------	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1636242 e o CRC 4AE005C0.



ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)

DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I – Não há fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente, nem aplicação de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes;

II – Declaramos, quando couber, que a empresa está enquadrada na condição de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – Quando aplicável, declaramos que, no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não ultrapassam o limite de receita bruta permitido para fins de enquadramento como ME ou EPP, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

IV – Temos pleno conhecimento e aceitamos integralmente as regras e condições gerais da contratação estabelecidas no Edital e na legislação vigente;

V – Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VI – Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII – A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento de todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, em normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

VIII – Cumprimos todos os requisitos de habilitação exigidos e declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

IX – Assumimos inteira responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico utilizado para a realização deste certame;

X – Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados em regime de trabalho degradante ou forçado, observando os dispositivos constitucionais dos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XI – Não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

XII – Não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão da contratação, nem com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

XIII – Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, não tendo sido, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informada, discutida ou combinada com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou pessoa;

XIV – Declaramos estar cientes, conhecer e entender os termos das Leis Anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) e demais normas aplicáveis, comprometendo-nos a abster-nos de qualquer prática que configure





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)

violação de tais dispositivos, por nós, nossos administradores, diretores, funcionários, agentes ou sócios que venham a agir em nosso nome.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do Rep. Legal da Empresa)

NOTA EXPLICATIVA

Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.

Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.

Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO	ANEXO II -MODELO DEC. UNIFICADA	24/06/2026

ID:	1636243	Processo	Documento
CRC:	A40A7708		
Processo:	1-2092/2026		
Usuário:	Rondnele Souza da Silva		
Criação:	24/06/2026 17:11:04	Finalização:	24/06/2026 17:11:05

MD5: **E58C4A9B4B3DBA27361F7D34CD876724**

SHA256: **B6478FEFAC2CD31CFAB4B439BA8A26AF1CA1116C0E2EF44930FC66F21A488328**

Súmula/Objeto:

PROC. ADM. Nº 2092/2026 - SEMCET

INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	24/06/2026 17:11:04
--	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PRIVADA	24/06/2026 17:11:04
---	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 43	25/06/2026	1637335
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	25/06/2026 08:12:23
--	------------------------------------	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1636243 e o CRC A40A7708.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA

CNPJ

CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QUANT.	VALOR UN	TOTAL R\$
VALOR TOTAL R\$						

1. Declaramos que esta proposta foi elaborada em conformidade com o edital, o Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo licitatório, dos quais temos pleno conhecimento e aceitação.
2. Declaramos que os preços propostos incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, seguros e quaisquer outras despesas incidentes.
3. Comprometemo-nos a cumprir integralmente as condições, prazos e especificações estabelecidas no edital e no Termo de Referência.
4. Declaramos que os **preços ofertados são exequíveis e compatíveis com os custos de mercado**, assumindo total responsabilidade por sua execução.
5. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Agência:

Conta:

Chave PIX:

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome:

CPF:

Cargo:

LOCAL E DATA

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Rep. Legal da Empresa)





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA	ANEXO III - MODELO PROPOSTA	24/06/2026

ID: 1636244	Processo	Documento
CRC: 27946720		
Processo: 1-2092/2026		
Usuário: Rondnele Souza da Silva		
Criação: 24/06/2026 17:11:05	Finalização: 24/06/2026 17:11:05	

MD5: **76910C480E64D7E2C0C70154FC1F5524**

SHA256: **06C702258158E24865A3278B6846F5A3B5E97772E790453556829CE5BCAFC146**

Súmula/Objeto:

PROC. ADM. Nº 2092/2026 - SEMCET

INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	24/06/2026 17:11:05
--	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PRIVADA	24/06/2026 17:11:05
---	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 43	25/06/2026	1637335
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	25/06/2026 08:12:23
--	------------------------------------	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1636244 e o CRC 27946720.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP/2026

ANEXO IV – MINUTA DE ARP 19/2026

Através deste instrumento, a **Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 04.380.507/0001-79, com sede na Avenida Daniel Comboni, n. 1156, Bairro Jardim Tropical, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito, **JUAN ALEX TESTONI**, e a (s) empresa (s) identificada (s) no Anexo Único desta Ata, resolvem, **REGISTRAR PREÇOS**, visando futuras e eventuais **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA, PARA EVENTOS PÚBLICOS**, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e nesta ARP, sujeitando-se as partes às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 17.516/2024.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo registro das propostas vencedoras, com intenção de eventuais **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA, PARA EVENTOS PÚBLICOS**, conforme estipulado no Termo de Referência.

1.2. Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços, deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços, quantidades, identificação do fornecedor, especificação dos itens registrados, encontram-se indicados no anexo desta ARP.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. Os órgãos participantes desta ARP, constam no Termo de Referência, parte integrante do **Pregão Eletrônico nº .../2026** e do **Processo Administrativo nº 1378/GECRP/2026**.

4. DA ADESÃO A ARP

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 17.516/2024, a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.3.1. As adesões por órgãos ou entidades não participantes ficam limitadas, individualmente, a até 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados para cada item.

4.3.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP/2026

4.5. Os órgãos participantes do Registro de Preços não estarão obrigados a adquirir os produtos e/ou serviços registrados, podendo utilizar outros meios legais para aquisição, resguardado aos detentores do registro de preços preferência em igualdade de condições.

4.6. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

4.7. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

5. DA VIGÊNCIA DA ARP

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, assinar a ata de registro de preços.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência.

5.4. No caso de exigência de garantia e/ou validade do produto, obedecerá às previsões do Termo de Referência.

5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

6.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido realinhamento de Preços, observadas às disposições do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, ou por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.3. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados/empenhados e no curso do pleito de realinhamento.

6.4. O Órgão Gerenciador do SRP monitorará os preços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos registrados.

6.5. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

6.6. Os preços registrados e realinhados serão publicados pelo órgão responsável pelo Registro de Preço.

7. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS



Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP/2026

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

- I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II - Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III - Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I- Por razão de interesse público;

II- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III- Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições frequentes.

9.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

9.3. A ARP, com o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será publicado pelo Órgão Gerenciador no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será(ão) cadastrada(s) no sistema **E-PROC da Prefeitura**, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no decreto municipal nº 16.951/2023.

10.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas automaticamente, as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

10.3. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP/2026

igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.4. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, poderá ser verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

11. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

11.1. a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do Ordenador de Despesas do Órgão Participante assim como as demais atribuições cabíveis.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela;

2. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, observados a proporcionalidade, a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como a natureza e a gravidade da infração cometida, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será assegurado ao interessado o exercício do contraditório e da ampla defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP/2026

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

13.1. Conforme item 10, do Termo de Referência.

14. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

14.1. Conforme item 11, do Termo de Referência.

15. DO FORNECIMENTO, RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

15.1. Conforme item 5, do Termo de Referência.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Conforme item 9, do Termo de Referência

17. DO CADASTRO RESERVA

17.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

17.2. O registro referido no item anterior tem por finalidade a formação de cadastro de reserva, a ser utilizado nas hipóteses de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 17.516/2024

17.3. Havendo mais de um licitante na condição prevista no item **17.1**, estes serão classificados segundo a ordem



Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP/2026

da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

17.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços e em seu anexo, mantendo-se a prioridade do licitante vencedor.

17.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

17.6. Constituem hipóteses de convocação do cadastro de reserva, dentre outras previstas neste Decreto:

- a)** a recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital;
- b)** o cancelamento do registro de preços ou a superveniência de impedimento que inviabilize a execução pelo fornecedor originalmente registrado.

17.7. Na hipótese prevista na alínea “a” do item **17.6**, a Administração poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva para assinatura da ata de registro de preços, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao adjudicatário.

17.8. Na hipótese de inexistência de licitantes que aceitem as condições previstas no item anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata de registro de preços nas condições por eles ofertadas, desde que compatíveis com o valor estimado da contratação.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

18.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 17.516/2024, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

18.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

18.6. A publicação do presente instrumento, na Imprensa Oficial Municipal, no PNCP, em extrato ou na íntegra, ficará a cargo do Órgão Gerenciador ou por qualquer outro designado pelo CONTRATANTE, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente;

18.7. Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.8. Por estarem justos e acordados, assinam a presente ata, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

18.9. Fica HOMOLOGADA esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com intenção de eventuais aquisições aos preços



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Anexo IV - Minuta de ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

Processo Administrativo n. 2092/GECRP/2026

da (s) empresa (s) vencedoras do certame, conforme identificadas na relação anexa a esta Ata.

Ouro Preto do Oeste – RO, junho de 2026.

Juan Alex Testoni
Prefeito

EMPRESA(S) DETENTORA(S)





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO IV DO EDITAL - MINUTA DE ARP	ANEXO IV - MINUTA DE ARP	24/06/2026

ID:	1636245	Processo	Documento
CRC:	65BFB8B1		
Processo:	1-2092/2026		
Usuário:	Rondnele Souza da Silva		
Criação:	24/06/2026 17:11:05	Finalização:	24/06/2026 17:11:05

MD5: **04C4E79D6EDD45E8D9EB28FB6DC61BC3**

SHA256: **9712218B0E280F5DB9744377F27A29D6DDE77816E9C7B1A2F7ABC5C2DEB0E763**

Súmula/Objeto:

PROC. ADM. Nº 2092/2026 - SEMCET

INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	24/06/2026 17:11:05
--	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PRIVADA	24/06/2026 17:11:05
---	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 43	25/06/2026	1637335
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	25/06/2026 08:12:24
--	------------------------------------	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1636245 e o CRC 65BFB8B1.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA, PARA EVENTOS, SOB DEMANDA, visando atender aos eventos da PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO - SEMCET**, com sede na, na cidade de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia, neste ato representada pelo(a) Assessor Especial da Secretaria, Sr. **Emersson Douglas Xavier da Silva**, portador da Identidade Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, localizada no município de, no endereço....., neste ato representada por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento no **Processo nº 2092/2026**, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos normativos municipais aplicáveis, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº ../2026**, Ata de Registro de Preço nº, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA, PARA EVENTOS, SOB DEMANDA, visando atender aos eventos da PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE a serem executados nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL R\$
01	672.013.001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA PARA ATUAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, COMPREENDENDO CONTROLE DE ACESSO, PREVENÇÃO DE OCORRÊNCIAS E PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA DO PÚBLICO E DO PATRIMÔNIO, EXECUTADO POR PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE HABILITADOS,	Diária			





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

		UNIFORMIZADOS E IDENTIFICADOS, COM EMPRESA AUTORIZADA A FUNCIONAR PELA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.967/2024 E DA PORTARIA Nº 18.045/2023-DG/PF E NORMAS CORRELATAS.				
VALOR TOTAL R\$						

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I – O Termo de Referência, especialmente em suas cláusulas de rigor técnico;
- II – O Edital da licitação;
- III – A Ata de Registro de Preços;
- IV – A proposta da CONTRATADA.
- V – A Ordem de Serviço correspondente ao evento, quando aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 2.1.** O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o cumprimento integral das obrigações dele decorrentes, observado o prazo de execução previsto na Ordem de Serviço correspondente ao evento.
- 2.2.** A execução dos serviços ocorrerá exclusivamente durante o período definido na Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.
- 2.3.** A vigência deste Contrato não poderá ultrapassar a vigência da Ata de Registro de Preços da qual decorre, ressalvada a hipótese de o Contrato ter sido regularmente celebrado durante a vigência da Ata, caso em que permanecerá válido até a conclusão da execução do objeto e o cumprimento das obrigações assumidas.
- 2.4.** Eventuais alterações contratuais observarão as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo, quando cabível.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMALIZAÇÃO POR EVENTO

- 3.1.** O presente Contrato refere-se exclusivamente à execução dos serviços descritos na Ordem de Serviço que o integra, emitida pela CONTRATANTE, contendo a identificação do evento, local, data, horário, quantitativo de profissionais e demais condições específicas da execução.
- 3.2.** A execução dos serviços observará as condições estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no Edital e na respectiva Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

4.1. A execução do objeto, o regime de execução, a gestão e a fiscalização contratual, bem como os prazos, condições de execução, medição, recebimento e demais procedimentos administrativos observarão o disposto neste Contrato, no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, da execução dos serviços objeto deste Contrato.

5.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza do objeto contratado, que consiste na prestação de serviços de segurança privada desarmada em eventos públicos, exigindo execução direta pela empresa contratada, unidade de comando, supervisão operacional, responsabilidade técnica e controle da equipe empregada durante toda a execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. O valor total deste Contrato é de R\$ _____ (_____), correspondente aos serviços de segurança privada desarmada a serem executados no evento identificado na Ordem de Serviço que integra este instrumento.

6.2. No valor contratado estão incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, compreendendo, entre outras, remuneração da mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, transporte, alimentação, uniformes, equipamentos, seguros, despesas administrativas e demais custos diretos e indiretos incidentes sobre a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ _____ (_____), correspondente à execução do objeto deste Contrato, mediante crédito em conta bancária de titularidade do CONTRATADO.

7.2. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo dos serviços, mediante atesto do fiscal do contrato, relatório de execução e verificação da regular execução do objeto, na forma da Lei nº 14.133/2021 e deste Contrato.

7.3. Havendo glosa parcial dos serviços executados, o CONTRATANTE comunicará o CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal correspondente ao valor efetivamente devido.

7.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao setor competente da CONTRATANTE, acompanhada da documentação exigida para a liquidação da despesa.

7.5. Antes da realização do pagamento, o CONTRATANTE verificará a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista do CONTRATADO, mediante consulta aos sistemas oficiais disponíveis ou à documentação apresentada.

7.6. Constatada irregularidade sanável, o CONTRATADO será notificado para promover sua regularização ou apresentar justificativa, no prazo fixado pela Administração.

7.7. Persistindo a irregularidade, serão adotadas as medidas administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

7.8. O pagamento será efetuado no prazo previsto neste Contrato e no Termo de Referência, contado da conclusão da liquidação da despesa.

7.9. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização das pendências, sem ônus para o CONTRATANTE.

7.10. Quando cabível, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

7.11. A empresa optante pelo Simples Nacional fará jus ao tratamento tributário previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mediante apresentação da documentação comprobatória pertinente.

7.12. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo IPCA-E, calculado proporcionalmente ao período de atraso.

7.13. O CONTRATADO deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica em conformidade com a legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Os preços contratados serão reajustados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.

8.2. O reajuste observará a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contada na forma prevista na legislação e no instrumento convocatório, mediante aplicação do índice de reajuste estabelecido na Ata de Registro de Preços.

8.3. Independentemente do reajuste, poderá ser concedida a revisão dos preços para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nas hipóteses e condições previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovadas pela parte interessada.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este Contrato e seus anexos.

9.1.2. Disponibilizar ao CONTRATADO as informações e orientações necessárias à adequada execução dos serviços.

9.1.3. Receber o objeto nas condições e prazos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.

9.1.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, acerca de falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua regularização, quando cabível.

9.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de gestor e fiscal formalmente designados.

9.1.6. Comunicar ao CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução, quando houver divergência quanto à quantidade ou qualidade dos serviços executados, observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

9.1.7. Efetuar o pagamento devido pelos serviços regularmente executados, no prazo e nas condições estabelecidas neste Contrato.

9.1.8. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.9. Emitir decisão fundamentada sobre os requerimentos apresentados pelo CONTRATADO relacionados à execução contratual, observado o devido processo administrativo.

9.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO perante terceiros, ainda que relacionados à execução deste Contrato, nem por danos causados a terceiros por atos, omissões ou condutas de seus empregados, prepostos ou representantes.

9.1.11. O presente Contrato não estabelece vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os empregados, prepostos ou sócios do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e dos demais documentos que integram a contratação, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações:

10.1.1. Como condição para o início da execução dos serviços, apresentar, quando exigido no Termo de Referência, Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil compatível com os riscos inerentes à execução do evento.

10.2. Manter preposto formalmente designado e aceito pela Administração durante toda a execução contratual, com poderes para representá-lo perante o CONTRATANTE.

10.3. A indicação ou permanência do preposto poderá ser recusada pela Administração, mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro representante.

10.4. Cumprir as determinações emitidas pelo gestor e pelo fiscal do contrato, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

10.5. Disponibilizar profissionais devidamente habilitados para a execução dos serviços, observadas as exigências legais aplicáveis à atividade de segurança privada, apresentando previamente à fiscalização a documentação comprobatória exigida no Termo de Referência.

10.6. Corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização, as falhas, defeitos ou irregularidades constatadas na execução dos serviços.

10.7. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes durante a execução contratual, sem que a fiscalização exercida pelo CONTRATANTE exclua ou reduza essa responsabilidade.

10.7.1. Ressarcir integralmente os prejuízos comprovadamente causados ao CONTRATANTE em decorrência da execução do Contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.8. Não contratar, durante a vigência deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente público que atue na gestão ou fiscalização do Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

10.9. Manter, durante toda a execução contratual, a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada pela Administração.

10.10. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, fiscais e demais encargos decorrentes da execução contratual, não se transferindo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade por sua inadimplência.

10.11. Comunicar imediatamente ao fiscal do Contrato qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou a segurança dos participantes do evento.

10.12. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, garantindo acesso à documentação relacionada à execução contratual.

10.13. Paralisar, quando determinado pela Administração, qualquer atividade executada em desacordo com as normas técnicas, legais ou contratuais, ou que represente risco à segurança de pessoas ou do patrimônio.

10.14. Fornecer, às suas expensas, todos os uniformes, equipamentos, meios de comunicação, materiais e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços.

10.15. Executar os serviços em conformidade com a legislação aplicável, observando as normas de segurança, saúde ocupacional, disciplina e ordem pública.

10.16. Submeter previamente ao CONTRATANTE qualquer alteração nos métodos de execução que possa interferir nas condições originalmente contratadas.

10.17. Observar a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. As partes obrigam-se a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), em relação aos dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução deste Contrato.

11.2. Os dados pessoais obtidos em decorrência da execução contratual somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, observados os princípios previstos no art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros, salvo nas hipóteses autorizadas pela legislação aplicável.

11.4. Encerrado o tratamento dos dados pessoais, o CONTRATADO deverá eliminá-los, ressalvadas as hipóteses de conservação previstas nos arts. 15 e 16 da LGPD e demais normas aplicáveis.

11.5. O CONTRATADO deverá orientar seus empregados, prepostos e colaboradores quanto ao cumprimento das obrigações decorrentes da LGPD.

11.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devendo o CONTRATADO prestar, no prazo fixado, as informações e os esclarecimentos solicitados.

11.7. O presente Contrato poderá ser alterado para adequação às determinações legais ou às orientações expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, quando aplicáveis.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não será exigida garantia de execução contratual de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.1. A não exigência de garantia contratual decorre da natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de segurança privada desarmada sob demanda, cujas contratações são realizadas conforme a necessidade da Administração, mediante instrumento contratual específico para cada evento.

12.1.2. Considerando as características da contratação, o acompanhamento permanente da execução por gestor e fiscal do contrato, a possibilidade de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como os demais mecanismos de controle previstos neste Contrato e no Termo de Referência, a Administração entende que a exigência de garantia de execução não se mostra necessária nem proporcional aos riscos da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Constitui infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a prática, pelo LICITANTE ou CONTRATADO, das seguintes condutas:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou deixar de entregar documento solicitado pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação durante o procedimento licitatório.

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, especialmente quando:

13.1.5.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a fase de negociação;

13.1.5.2. Recusar-se a apresentar o detalhamento da proposta, quando exigido;

13.1.5.3. Solicitar sua desclassificação após o encerramento da etapa competitiva.

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

13.1.6.1. Recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato, a Ata de Registro de Preços ou a aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

13.1.7. Retardar injustificadamente a execução do objeto contratado.

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

13.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando:

13.1.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a legislação;

13.1.10.2. Induzir deliberadamente a Administração a erro durante o julgamento ou a execução contratual;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

13.1.10.3. Apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O LICITANTE ou CONTRATADO que praticar qualquer das infrações previstas nesta cláusula ficará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

13.2.1. Advertência, prevista no art. 156, inciso I, e § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 13.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.2. Multa administrativa, prevista no art. 156, inciso II, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela prática das infrações previstas nos subitens 13.1.1 a 13.1.12, observados os limites de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para a infração prevista no subitem 13.1.1;

b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, para as infrações previstas nos subitens 13.1.2 a 13.1.7;

c) multa de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, para as infrações previstas nos subitens 13.1.8 a 13.1.12.

13.2.2.1. Quando a infração ocorrer antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa será o valor estimado da contratação.

13.2.2.2. Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

13.2.2.3. Caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis sejam superiores ao valor eventualmente devido pela Administração ao LICITANTE ou CONTRATADO, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções administrativas, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar, previsto no art. 156, inciso III, e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, para as infrações previstas nos subitens 13.1.2 a 13.1.7, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, restringindo-se ao âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção.

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, inciso IV, e § 5º, da Lei nº 14.133/2021, para as infrações previstas nos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como para as demais condutas que justifiquem a aplicação da penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.3. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, inciso II, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso**, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

13.3.1. A aplicação da multa de mora não impede sua conversão em multa compensatória, quando caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto, nem afasta a aplicação das demais sanções previstas neste Contrato e na Lei nº 14.133/2021.

13.4. Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto que enseje a extinção do Contrato, será aplicada multa compensatória correspondente a **20% (vinte por cento)** do valor do Contrato, sem prejuízo da apuração das perdas e danos eventualmente sofridos pela Administração.

13.4.1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou cumulada com a multa moratória convertida, não poderá exceder o valor da obrigação principal, observado o disposto no art. 412 do Código Civil.

13.5. Na aplicação das sanções administrativas serão observados os critérios previstos no art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

13.5.1. A natureza e a gravidade da infração;

13.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.5.4. Os danos causados à Administração Pública;

13.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

13.6. A aplicação das sanções administrativas compete à autoridade competente do órgão ou entidade contratante, observada a legislação vigente, sendo:

a) as sanções previstas nos itens **13.2.1**, **13.2.2** e **13.2.3** aplicadas pelo Ordenador de Despesas;

b) a sanção prevista no item **13.2.4**, nos termos do art. 156, § 6º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, será aplicada:

b.1) pelo Secretário Municipal competente, quando se tratar de órgão da Administração Direta.

13.7. A aplicação de quaisquer das penalidades será realizada mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao LICITANTE ou CONTRATADO, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na regulamentação municipal aplicável.

13.7.1. A instauração do processo administrativo será precedida de intimação do LICITANTE ou CONTRATADO, contendo a descrição da infração imputada, os fatos, os dispositivos contratuais e legais supostamente violados, a sanção passível de aplicação, bem como o prazo para apresentação de defesa e produção de provas.

13.7.2. A defesa prévia será apresentada no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens **13.2.1** e **13.2.2**, contados da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens **13.2.3** e **13.2.4**, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.7.3. Ao final da instrução processual, a autoridade competente proferirá decisão motivada quanto à aplicação ou não da sanção administrativa.

13.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui:

a) a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de extinção do Contrato, nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

13.8.1. O disposto na alínea "a" do item 13.8 aplica-se também à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.10. Havendo indícios da prática de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao órgão competente para análise da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.10.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas seguirão o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

13.10.2. A instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR não impede o regular processamento dos procedimentos administrativos destinados ao ressarcimento de danos eventualmente causados à Administração.

13.10.2.1. Sempre que juridicamente possível e conveniente, a apuração poderá ocorrer de forma conjunta, observada a regulamentação municipal aplicável.

13.11. As comunicações relativas aos processos administrativos sancionatórios serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico informado pelo LICITANTE ou CONTRATADO no procedimento licitatório, sem prejuízo dos demais meios admitidos em lei.

13.11.1. O LICITANTE ou CONTRATADO deverá manter atualizados seus dados cadastrais e endereço eletrônico durante toda a vigência da contratação, não podendo alegar desconhecimento das comunicações regularmente encaminhadas.

13.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade será comunicada aos órgãos competentes e registrada nos sistemas oficiais, na forma da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal.

13.12.1. A autoridade competente providenciará a comunicação da sanção ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

13.13. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao pagamento eventualmente devido pela Administração ao CONTRATADO, será emitida nota de débito correspondente ao saldo remanescente, após o encerramento da instância administrativa.

13.13.1. Não ocorrendo o pagamento voluntário, o débito será encaminhado ao setor competente para adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive inscrição em dívida ativa, quando admitida pela legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente Contrato extinguir-se-á com o cumprimento integral de seu objeto ou pelo término de sua vigência, sem prejuízo da apuração de responsabilidades e da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

14.2. O Contrato poderá ser extinto antes do término de sua vigência nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

14.2.1. A extinção poderá ocorrer:

- a) por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- b) por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- c) por decisão judicial ou arbitral, na forma da legislação aplicável.

14.2.2. A alteração da estrutura societária, da razão social ou da finalidade da empresa contratada não ensejará, por si só, a extinção do Contrato, desde que não comprometa sua capacidade de executar o objeto contratado.

14.2.3. Caso a alteração implique modificação da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado o correspondente termo aditivo, observada a legislação aplicável.

14.3. A extinção do Contrato será precedida de decisão escrita e fundamentada da autoridade competente e formalizada no respectivo processo administrativo.

14.3.1. Sempre que possível, a decisão deverá indicar:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas;
- b) os pagamentos realizados e eventualmente devidos;
- c) as multas, indenizações ou demais consequências decorrentes da extinção contratual.

14.4. A extinção do Contrato não impede o reconhecimento do direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, desde que presentes os pressupostos legais e que o pedido tenha sido formulado durante a vigência contratual, observado o art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

14.5. Extinto o Contrato, a Administração poderá promover a retenção de créditos eventualmente devidos ao CONTRATADO para compensação de multas ou ressarcimento de prejuízos regularmente apurados, observado o devido processo legal e o disposto no art. 139, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

14.6. O Contrato poderá ser extinto caso seja constatado que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação, na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelo disposto nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, observado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. As alterações contratuais serão formalizadas por meio de termo aditivo, observadas as hipóteses e os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

15.4. Os registros que não caracterizem alteração do Contrato poderão ser formalizados por apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCET, conforme a seguinte classificação:

- **Órgão:**
- **Unidade Orçamentária:**
- **Programa:**
- **Natureza da Despesa:**
- **Fonte de Recursos:**
- **Ficha:**
- **Nota de Empenho:**

16.2. A execução do objeto fica condicionada à emissão da respectiva Nota de Empenho e à existência de disponibilidade orçamentária suficiente para suportar a despesa, observadas as normas da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos decorrentes da execução deste Contrato serão resolvidos pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da legislação municipal aplicável e das demais normas pertinentes e, subsidiariamente, os princípios gerais do direito, as normas de direito privado e as disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E DO CONTROLE DO CONTRATO

18.1. Incumbe ao CONTRATANTE providenciar a divulgação deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como no Portal da Transparência do Município e nos demais meios de publicidade exigidos pela legislação aplicável, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O CONTRATANTE adotará as providências necessárias ao registro, controle e acompanhamento da contratação perante os sistemas administrativos e órgãos de controle competentes, na forma da legislação e da regulamentação municipal aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato que não possam ser solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na forma admitida pela legislação vigente.

Ouro Preto do Oeste/RO, ____ de _____ de 2026.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE

CONTRATADA

Interveniente

Procuradora Jurídica

Testemunhas:

- 1 –
- 2 –





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta de Contrato	ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO	24/06/2026

ID:	1636246	Processo	Documento
CRC:	82A2677D		
Processo:	1-2092/2026		
Usuário:	Rondnele Souza da Silva		
Criação:	24/06/2026 17:11:05	Finalização:	24/06/2026 17:11:05

MD5: F479C891D2D888F7084390B43884A17C

SHA256: 117E8A163884DB2ED940B6382B5406FB9DAB3F42A3C1811C5F06F9A91C3483E0

Súmula/Objeto:

PROC. ADM. Nº 2092/2026 - SEMCET

INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	24/06/2026 17:11:05
--	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PRIVADA	24/06/2026 17:11:05
---	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 43	25/06/2026	1637335
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	25/06/2026 08:12:24
--	------------------------------------	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1636246 e o CRC 82A2677D.